

Francisco das Neves Alves  
Marcelo França de Oliveira

# Crônicas temporais

*passado, presente e futuro nas crônicas  
de Ângelo Dourado no jornal Echo do Sul*



BIBLIOTECA  
RIO-GRANDENSE  
Fundada em 1846

# Crônicas temporais

passado, presente e futuro nas crônicas  
de Ângelo Dourado no jornal *Echo do Sul*

*Edição alusiva ao 170º aniversário  
da Biblioteca Rio-Grandense*





FRANCISCO DAS NEVES ALVES  
MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

# Crônicas temporais

passado, presente e futuro nas crônicas  
de Ângelo Dourado no jornal *Echo do Sul*



Rio Grande  
2016

© 2016 Biblioteca Rio-Grandense.

2016

*Capa e projeto gráfico:*  
Marcelo França de Oliveira

*Diagramação e formatação eletrônica:*  
Casaletas - [www.casaletas.com.br](http://www.casaletas.com.br)

## DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente – Pedro Alberto Távora Brasil  
Vice-Presidente – Franciso das Neves Alves  
Diretor de Acervo – Mauro Nícola Póvoas  
1º Secretário – Paulo Somensi  
2º Secretário – Lúz Henrique Torres  
1º Tesoureiro – Valdir Carvalho Barroco  
2º Tesoureiro – Roland Pires Nícola

### Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C8699 Crônicas temporais: passado, presente e futuro nas crônicas de Ângelo Dourado no jornal Echo do Sul / organizadores Francisco das Neves Alves e Marcelo França de Oliveira – Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2016.

102 p.

ISBN: 978-85-67193-01-4

1. Literatura brasileira. 2. História da Literatura brasileira. 3. Crônicas. I. Alves, Francisco das Neves. II. Oliveira, Marcelo França de. III. Título.

CDU 869.0(81)-94

### BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

- desde 1846 -

Rua General Osório, 454 - Centro  
CEP: 96200-400 - Rio Grande - RS  
Telefone: (53) 3231 2842

E-mail: [contato@bibliotecariograndense.com.br](mailto:contato@bibliotecariograndense.com.br)  
[www.bibliotecariograndense.com.br](http://www.bibliotecariograndense.com.br)

# Sumário

Sobre este livro.....	7
Ângelo Dourado, um cronista e sua época .....	10
O <i>Echo do Sul</i> na virada do século XIX ao XX.....	14
Alerta I .....	33
Alerta II .....	36
Alerta III.....	39
Alerta IV.....	43
Alerta V.....	47
Alerta VI.....	50
Alerta VII .....	54
Alerta VIII.....	57
Alerta IX.....	60
Alerta X.....	64
Alerta XI.....	68
Alerta XII .....	71
Alerta XIII.....	74
Alerta XIV.....	77
Alerta XV .....	81
Alerta XVI.....	85
Alerta XVII .....	89
Alerta XVIII.....	94
Alerta XIX.....	97
Alerta XX .....	100



## Sobre este livro

A série de 46 crônicas publicadas entre 11 de janeiro e 21 de março de 1899 sob o título *de Alerta* que o escritor Ângelo Dourado publicou através das páginas do diário rio-grandino *Echo do Sul*, será dividida, por questões de limitações físicas, em dois volumes. Neste primeiro, apresentaremos as vinte primeiras, e no segundo volume, a ser editado, as vinte e três seguintes. Em nosso trabalho de transcrição, optamos por atualizar apenas a grafia da época para a vigente, conservando todo o resto – inclusive a pontuação original, uso de maiúsculas, itálicos, etc. – como forma de preservar, na forma, as ideias e expressões manifestadas pelo autor quando de sua produção através dos recursos gráficos e de estilo por ele escolhidos.

Ângelo Dourado foi um dos mais destacados representantes da intelectualidade gaúcha da virada do século XIX ao XX. Apesar de baiano de nascimento, acabaria por incorporar em si e em suas ações muito daquilo que significa ser sul-rio-grandense, ainda mais tendo em vista sua ação na vida político-administrativa no sul e, notadamente por sua relevante participação no processo de fermentação, deflagração e desenvolvimento da Revolução Federalista, bem como nos episódios que marcaram o período pós-revolucionário, o qual manteve a ferrenha carga de ódios e paixões partidárias.

Ao publicar uma representativa quantidade de crônicas no *Echo do Sul*, Ângelo Dourado demonstrava seu amplo reconhecimento como intelectual e como porta-voz das oposições sul-rio-grandenses da época. A literatura teve historicamente um importante espaço nas páginas dos jornais e não seria diferente no *Echo* que publicava diversificadas manifestações literárias, dando vez e voz a muitos dos autores gaúchos que não teriam tantas oportunidades de levar a público seus escritos. Naquela virada de centúrias, imprensa, literatura e história se entrecruzavam de maneira indelével, servindo as páginas dos jornais para uma ampla difusão de uma cultura literária e as coleções remanescentes como aquelas presentes no acervo da Biblioteca Rio-Grandense transformam-se em fontes praticamente inesgotáveis para a pesquisa de tais registros.

Deste modo, o livro *Crônicas temporais: passado, presente e futuro nas crônicas de Ângelo Dourado no jornal Echo do Sul*, constitui-se em um pequeníssimo primeiro passo dos autores e insere-se em uma iniciativa maior, que pretende a retomada de uma tradição vocacional da Biblioteca Rio-Grandense, várias vezes já realizada no passado, de apresentar à contemporaneidade documentos e escritos originais, guardados com zelo e competência no vasto acervo da instituição, mas distantes do grande público seja pelo longo tempo desde suas produções, seja pelo precariedade de iniciativas similares fora do alcance de produções (em sua maioria acadêmicas) e, não raro, baseadas em análises de recortes muito particulares e específicos. Revela também a vontade de oportunizar ao público em geral um contato direto com certas facetas e

fragmentos de seu passado e de sua identidade enquanto produtor e produto de sua própria história.

# Ângelo Dourado, um cronista e sua época

Se hoje Ângelo Dourado é conhecido quase que unicamente como o coronel-médico que participou da Revolução Federalista e autor da clássica obra *Voluntários do Martírio*, em seu tempo o médico baiano reunia outros predicados que o situavam entre as mais prestigiadas e influentes personalidades políticas e intelectuais das oposições ao castilhismo-borgismo. Uma rápida consulta ao verbete de seu nome na *Wikipédia* comprova que o que sobreviveu ao tempo foi seu ofício desempenhado naquela guerra civil, e o relato escrito decorrente dela, relato este publicado originalmente pela Livraria Americana, da cidade de Pelotas, em 1896, apenas um ano após o término do conflito armado que ainda hoje é envolto em certo tabu sobre sua história, resistindo no senso comum e reverberado nos meios de comunicação do presente como uma guerra de violências desmedidas e lutas fraticidas, não condizentes com aquilo que se considera, na mitologia sul-rio-grandense, como a “alma” e a “tradição gaúcha”.

Talvez esta névoa que ainda hoje paira sobre o conflito, mesmo decorridos 113 anos desde o início da guerra que dividiu maragatos e pica-paus e criou antagonismos dualísticos difíceis de serem superados no porvir daqueles tempos – e talvez ainda hoje perceptíveis – tenha contribuído

para que a figura de Ângelo Dourado tenha se esvanecido com o tempo, pelo menos fora de algumas iniciativas acadêmicas. Por isto, esta seleção de crônicas de autoria do escritor baiano e que trazemos a público agora, em texto integral, tem na (re)apresentação aos leitores do século XXI este outro aspecto do autor – o de cronista – sua principal razão de ser enquanto publicação.

Antes mesmo de publicar *Voluntários do Martírio* Ângelo Dourado já era um homem de letras. Todas as suas outras atividades convergiam, no todo ou em parte, para a literatura. Mesmo através de livros e artigos publicados com propósitos delineadamente políticos, sua verve literária era manifestada em cada expressão, em cada parágrafo escrito. Assim, medicina – seu meio de formação profissional – política e militância encontravam na palavra sua manifestação definitiva; era através dela que dialogava com o seu tempo e seus contemporâneos. Inclusive em *Voluntários do Martírio*, ali constava como excerto – libertador, dado o momento em que a escrevera, no meio da guerra, dando vazão a uma característica criadora como forma de amenizar as agruras vividas no hostil ambiente de guerra em que estava inserido – trechos de criatividade ficcional, como *Madalena*, um drama em quatro atos e que tomou 12 páginas da edição final de *Voluntários do Martírio*. Antes disto, tendo então 20 anos, publicara o drama *O médico dos pobres*, ainda na Bahia, em 1876. Em 1897, após a publicação de sua obra máxima, levava ao público o livro *As minas de ouro, dramas sertanejos*.

É através da imprensa escrita, porém, que conseguimos distinguir mais claramente o cronista, e onde igualmente

percebemos sua verve literária presente na narrativa. Sabe-se, através de seu próprio testemunho que escreveu para diversos jornais locais enquanto se deslocava com as forças federalistas, muitas delas crônicas, como a citada em *Voluntários* para determinado jornal, onde fazia uma apologia à situação política do país da época utilizando-se para isto uma lenda hindu, sobre “as desgraças da Índia, devido à divisão de seu povo por causa de suas ambições<sup>1</sup>”.

De todos os gêneros literários, é talvez a crônica aquele que melhor aproxima a Literatura da História. Em seu estilo livre, autoral, crítico-analítico na maioria dos casos, ao mesmo tempo micro e macro, traz material abundante para que o historiador, em sua análise total ou em parte, produza estudos concretos sobre o espaço-tempo em que foi escrita, o contexto social, cultural, político, econômico, ideológico, e tantos mais outros aspectos que se dispuser o pesquisador a debruçar-se. Especificamente nas crônicas selecionadas para este livro, percebemos ali as características que a distinguem enquanto representantes do gênero naquele fim de século, como narrativa em primeira pessoa, subjetiva, feita especificamente para ser vinculada à imprensa, e ocupando um espaço predefinido e fixo na formatação do jornal. Era uma narrativa desvinculada do factual objeto do que se convencionou a chamar de notícia, apesar de vez ou outra trazer aspectos pontuais de factualidade. Através das colunas de Dourado no *Echo do Sul*, passado, presente e futuro encontraram abrigo na prosa fluente do cronista. O leitor perceberá que, ao tratar destes três espectros do

---

<sup>1</sup> DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977, p. 181-182.

tempo, nem sempre será possível distinguir se o autor refere-se a passado, presente ou futuro, separadamente, ou se a todos ao mesmo passo.

Neste livro, as crônicas selecionadas dizem respeito às reflexões, inquietações e ações de um dos mais proeminentes representantes da intelectualidade federalista daquele fim de século XIX.

## O *Echo do Sul* na virada do século XIX ao XX

O *Echo do Sul* iniciou sua circulação na localidade de Jaguarão, mas, a partir de 1858, passou a ser editado na cidade do Rio Grande, tendo em vista desentendimentos políticos de seu proprietário. Em princípio, o jornal chegou a guardar algumas características da pasquinagem, gênero jornalístico no qual o responsável pela sua publicação já militara. Progressivamente viria a afirmar-se como um periódico noticioso, comercial e literário, transformando-se numa das mais importantes e longevas publicações no contexto rio-grandino e sul-rio-grandense. Apesar de seguir a seu modo o modelo dos jornais diários, de buscar garantir um certo controle em suas manifestações mais extremadas, tendo em vista preservar os interesses financeiros de sustentação, ligados à venda de assinaturas e espaço para material publicitário, o *Echo* manteve ao longo de quase toda a sua existência uma característica marcadamente partidária, participando ativamente dos grandes debates político-ideológicos que marcaram a conjuntura citadina, provincial/estadual e nacional à época em que circulou.

Durante o período imperial, o *Echo* esteve próximo das ideias e práticas levadas em frente pelo partido conservador. Já nos seus primeiros números manifestava tal postura conservadora, criticando as tendências voltadas a

---

coligações e a conciliações. De acordo com tais convicções, se transformaria em ardoroso defensor dos conservadores e figadal adversário dos liberais, chegando a constituir uma publicação institucionalmente partidária, ao estampar em seu frontispício o dístico de órgão do partido conservador. *O Echo do Sul* iria conviver com as várias inversões partidárias da época, com as respectivas ascensões ou quedas de seus aliados, transformando seu discurso em situacionista ou oposicionista, de acordo com a conjuntura reinante, bem como acompanhou as fases áureas de domínio conservador e as ferrenhas cisões que despedaçaram o partido de sua simpatia, e também vivenciou o apogeu da monarquia e o processo de enfraquecimento que culminaria na sua queda em 1889.

A partir da proclamação da república, o *Echo do Sul* acostumado ao tradicional jogo partidário da época imperial, fazendo oposição aos liberais e apoiando as administrações conservadoras, teve de reordenar seu discurso de fundo político. Ainda que tivesse apoiado a transformação institucional, logo percebeu os intutos autoritários seguidos pelos novos detentores do poder tanto no contexto estadual quanto nacional. Em um primeiro momento, aliou-se aos dissidentes republicanos, iniciando uma caminhada de oposição incólume ao regime castilhista que cada vez mais ganhava terreno em terras sul-rio-grandenses. A partir de então, o *Echo* se manteria não só na oposição, mas também em verdadeira resistência ao castilhismo e seu herdeiro borgismo. Para tanto, venceria até mesmo suas antigas antipatias para com os liberais, vindo a aproximar-se dos federalistas que congregavam em seu seio militantes dos

antigos partidos imperiais.

Tal postura custaria caro ao jornal rio-grandino que foi fortemente vigiado e perseguido, chegando a ter a sua circulação suspensa por diversas vezes. Mesmo assim, permaneceu em sua posição anticastilhista, apoiando os federalistas até mesmo à época da Revolução Federalista, ou pelo menos em parte dela, tendo em vista que o cerceamento e a coerção governamentais levariam à interrupção de sua edição. Mas o *Echo* voltaria à empreitada e não abandonaria suas convicções, transformando-se em uma das poucas folhas que, no contexto gaúcho, se opôs e buscou resistir ao avassalador predomínio do regime castilhista-borgista. Tal resistência durou com maior veemência até os primeiros anos do século XX, arrefecendo um pouco a partir de uma proposta mais voltada a um caráter noticioso, assumido pelo periódico que seguia os padrões editoriais que passavam a predominar no jornalismo de então, sem, no entanto, esquecer de vez suas filiações e simpatias que seguidamente acabariam por voltar às suas páginas.

O retorno à circulação, após o término da Revolução Federalista, em 1895, foi uma dos momentos de maior engajamento do *Echo* em sua profissão de fé anticastilhista. Ainda que saudasse o fim do conflito, o periódico acabaria por demonstrar que não enxergava na pacificação o encerramento dos confrontos, ódios e paixões partidárias que levaram à deflagração bélica. Em tal retorno, o jornal explicava as razões da suspensão, enaltecedo a volta da normalidade na comunidade gaúcha e anunciava a sua postura a partir de então, dizendo que, entre os cânticos sublimes de patriotismo e os sons dulcíssimos dos hinos

festivais com que o povo rio-grandense celebrava, em ondas de alegria, as derradeiras conquistas de seu espírito eminentemente democrático, emergia aquela folha da penumbra, em que, por efeito de uma situação política impossível, mas felizmente terminada, silenciara por longo tempo<sup>2</sup>.

Segundo o periódico, dissipando-se aos rubros clarões da suspirada aurora redentora, a espessa e negra nuvem que toldava o horizonte desta pátria altiva e sobranceira, de novo se poderia divisar grandiosa e radiante a figura imponente da santa liberdade, a quebrar com a lança inflexível os ferros opressores, estando restabelecida a ordem no estado, com efetividade das garantias prometidas pelo governo federal, de modo que poderia, enfim, o povo rio-grandense fazer valer os seus direitos dentro da órbita legal e, impávido, caminhar para o futuro. Diante disso, o jornal afirmava que, à sombra benéfica da paz, fiel ao seu passado, retomava o posto de honra em que sempre convencido se manteve na defesa dos interesses populares. Garantia que, seguindo a linha reta do dever e encarando de frente o bem comum, saberia lutar como antigo cavaleiro enérgico, porfiando no combate em busca da vitória, correto, não atirando ao adversário golpes traiçoeiros<sup>3</sup>.

Na concepção do jornal, a paz fora honrosa, sem que tivessem se formado as figuras de vitoriosos ou derrotados. Nesse sentido, afirmava que, com a pacificação, os revoltosos, bravos e verdadeiros patriotas que tiveram por ideais sublimes e majestosos, a pátria e a liberdade, poderiam

---

<sup>2</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 1º/setembro/1895.

<sup>3</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 1º/setembro/1895.

voltar aos lares cobertos de glórias, certos de haverem conquistado esplêndido triunfo, pois, na luta, felizmente terminada, não houvera vencedores nem vencidos. A folha argumentava ainda que, se fosse forçoso determinar quais os vencedores, caberia justa e indubitavelmente esse título às hostes revolucionárias para quem fora a paz proposta com garantias emanadas do governo da república, o qual faria efetiva a liberdade de que carecia o povo rio-grandense. Para reforçar seu argumento, o periódico explicava que a revolução tinha elementos para a luta e fizera a paz, sem pedir misericórdia, porque propuseram-lhe um acordo que, julgado honroso e patriótico, fora aceito pelos líderes revoltosos<sup>4</sup>. Revelando suas motivações ideológicas, o periódico anunciava uma nova seção onde se propunha a enaltecer os vultos brasileiros, por seus merecimentos e virtudes, através da publicação de artigos e retratos desses indivíduos. Dava-se ali a inauguração de uma seção voltada essencialmente a valorizar os adversários do castilhismo.

Conforme garantira no retorno à circulação, mesmo terminada a guerra civil, o jornal permaneceu no combate ao castilhismo. Um dos primeiros pontos de ataque concentrou-se nas críticas ao baluarte dos castilhistas representado pela constituição rio-grandense, descrita como carecedora dos maravilhosos ideais que faziam o apanágio de um povo livre e como um atentado às liberdades públicas, um vicioso círculo de ferro a sopear os princípios característicos da altivez gaúcha. O diário encontrou no autoritarismo castilhista a causa para a Revolução Federalista, afirmando que os governistas pretendiam perpetuar-se no poder e,

---

<sup>4</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 1º/setembro/1895.

através da constituição, impor à viva força, princípios repelidos pelo povo, sendo, portanto, legítimo que este povo reagisse, defendendo seus direitos, suas aspirações e sua liberdade, mesmo que, para isso, tivesse de chegar à prática de recursos extremos. Destacava também que os defeitos daquele documento eram tantos e tamanhos, que a revisão constitucional estava a impor-se, como medida de harmonia e salvação<sup>5</sup>.

Outro argumento utilizado contra os republicanos castilhistas era a acusação de que os mesmos dificultaram o processo de pacificação. Segundo o diário, todo mundo sabia a força que o castilhismo tinha feito para evitar que se realizasse a paz do estado, pois, sacudido pela ambição inigualável do mando, queria o poder pelo poder, como garantia à satisfação de seus desejos individuais<sup>6</sup>. Diante disso, a folha aplaudia a atitude do presidente da república, o qual, animado das melhores intenções, tendo em vista salvar a pobre pátria do abismo em que ia resvalando, sabiamente resolvera dar um golpe de morte nos abusos, terminando com a guerra civil que acendia ódios e rancores, fazia cair a jorros o sangue de irmãos, punha em desbarato as finanças do país, suprimia o crédito no estrangeiro, abalava a confiança no interior e aniquilava os elementos de progresso, tudo isso para o proveito único dos governistas rio-grandenses, que estariam vivendo à custa das dores cruciantes que invadiam a alma popular<sup>7</sup>. De acordo com tal convicção o jornal destacava que o governante do Rio

---

<sup>5</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 3/setembro/1895.

<sup>6</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 7/setembro/1895.

<sup>7</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 10/setembro/1895.

Grande do Sul e seus sectários tudo fizeram para obstaculizar a obra pacificadora do primeiro presidente civil e de seu emissário, afirmando que não restava dúvida alguma de que o presidente do estado e seus amigos não queriam a paz e só uma vez convencidos da nulidade de seus esforços pela guerra, aceitaram, com desgosto o fato consumado<sup>8</sup>.

Para o *Echo*, uma das razões dos castilhistas baterem-se pela continuidade da guerra tinha por fundamento interesses pecuniários. Argumentava que o castilhismo não tinha por si a opinião pública e carecia dessa gente que, sem moral e sem ideias, atirava-se a tristes aventuras com a mira na pilhagem. A folha apontava que tinham as forças castilhistas enormes vencimentos pagáveis pelos cofres da nação e ainda assim não respeitavam os sagrados direitos de propriedade. Destacava ainda que eram na maior parte uns ganhadores os soldados do castilhismo, e não poucos de seus chefes se fizeram senhores de grande cabedais, colhidos em meio da anarquia. Diante disso, o jornal explicava que, não recebendo mais vencimentos os soldados, os devastadores da pátria rio-grandense gritavam, esbravejavam contra o presidente da república e seu ilustre delegado militar, mas, em contrapartida, os bravos federalistas, que só tinham diante dos olhos a pátria e a liberdade, rejubilavam-se entre os cantos de paz e entoavam hinos de louvor aos fatores da pacificação rio-grandense<sup>9</sup>.

Apesar da pacificação, a folha ainda buscava alertar para o perigo que os castilhistas representavam para a sociedade sul-rio-grandense. Comparando os governistas

---

<sup>8</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 10/outubro/1895.

<sup>9</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 2/outubro/1895.

a um animal selvagem, o jornal referia-se ao castilhismo como algo iracundo e feroz, atrabiliário e sanhudo, que farejava vítimas, sedento de sangue e ansioso por sentir o cheiro de cadáveres apodrecidos. Avisava que os adeptos do regime castilhista tramavam contra a vida e a liberdade, contra a honra da pátria e a paz do estado, devendo, com isso, precaver-se o presidente da república contra os instintos sanguinários e perversos que alentavam os tigres esfaimados. Argumentava ainda que os castilhistas fingiam acatar a autoridade do presidente da república e simulavam respeito e obediência ao ilustre chefe da nação, mas mentiam, pois odiavam tanto o chefe de estado quanto o seu enviado militar. Conclamava, enfim, todos a compreenderam que era a traição que se preparava, pois das entradas de *Judas* dos situacionistas rio-grandenses destilava uma perversão política e moral<sup>10</sup>.

Já ao final de 1895, ao entabular uma visão retrospectiva sobre a formação política rio-grandense à época da república, o *Echo do Sul* apresentava a razão pela qual não mantivera o silêncio diante da tirania rio-grandense, argumentando que as convicções deveriam ficar registradas como verdadeiras lições para a histórica. Nesse sentido, afirmava que nunca era demais relembrar ao povo os fatos culminantes de sua vida política, que haveriam de um dia figurar em todas as suas minudências, no grande livro da história pátria, de modo que seria preciso citá-los e neles insistir, até que, perfeitamente conhecidos, pudessem ser devidamente avaliados e a verdade brilhasse inteira e cintilante como os raios do sol num lago de cristal. De acordo com tal pensamento, a

---

<sup>10</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 18/setembro/1895.

folha concluía que, silenciar, consentir que livremente se deslizassem na corrente impura e caudalosa dos interesses vis, quantas mentiras e sofismas os especuladores políticos agitassem, equivaleria a sancionar as perversas intenções dos que viviam na pátria e se compraziam em cavar-lhe a ruína<sup>11</sup>.

Foi de acordo com este pensamento que o *Echo do Sul* ainda manteve acesa a flama da discussão político-partidária, sustentando o conflito discursivo federalistas X castilhistas, demonstrando a continuidade do embate partidário e ideológico no período pós-revolucionário. O jornal propunha uma guerra à ditadura e, para tanto, dizendo visar o bem comum, conclamava a oposição a se erguer em plena atividade e a disputar, no campo eleitoral e pelos outros meios legalmente permitidos, a verdade do sistema republicano, que vivia deprimido pelos detentores do poder. O jornal estabelecia, assim, como objetivo primordial, o combate à constituição rio-grandense, que estaria condenada e jamais alcançaria a sanção popular, constituindo-se em uma obra do comtismo sufocante, caracterizada pela completa negação do governo do povo pelo povo, estando alocada no castelo da mais ferrenha tirania, cujos estatutos básicos deveriam ser reformados<sup>12</sup>.

A folha rio-grandina defendia a reorganização dos oposicionistas para participarem do jogo eleitoral, como forma de evitar que os partidários da ditadura estadual conseguissem perpetuar-se no poder. Previa que os governistas não poderiam atingir seus intentos, diante da

---

<sup>11</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 9/novembro/1895.

<sup>12</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 9/julho/1896.

---

maioria do estado, convencida de que os direitos populares vinham sendo despoticamente suprimidos pelo autocrata que infelizmente governava os gaúchos. Para o diário, somente uma oposição forte teria condições de transformar o sistema castilhista, através de uma reforma constitucional, evitando a continuidade daquela estrutura que dava ao presidente poderes discricionários, que o tornava senhor absoluto, em vez de primeiro magistrado, que fechava as válvulas à vontade social e que reconhecia somente uma vontade, a do mesmo presidente. Argumentava que somente com tal oposição, se estaria respeitando as tradições e os costumes, bem como as aspirações e os sentimentos liberais do povo rio-grandense<sup>13</sup>. Na concepção do periódico, o partido federalista passava a constituir-se no verdadeiro representante das oposições gaúchas e da vontade popular, diante do que promoveria nova inversão em sua orientação político-partidária e na construção de seu discurso, no qual Gaspar da Silveira Martins passava a aparecer como o exemplo de líder partidário e pelo qual deveria ser aceita a tese parlamentarista.

Ao ligar-se às propostas do partido federalista, inclusive transigindo em algumas questões, *Echo* buscava dar apoio à força antecastilhista que, naquele momento, estava melhor organizada e arregimentada para o combate ao que considerava a decadente ditadura rio-grandense. Na concepção da folha, o grande e pujante partido federalista representava indubitavelmente a maioria do eleitorado estadual, e viria a apresentar-se na arena a disputar a posição que de direito lhe competia. Considerava que

---

<sup>13</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 9/julho/1896.

tal agremiação era uma força política de primeira ordem na terra heroica dos gaúchos, simbolizando as glorioas tradições de liberdade, conjecturando que ela seria a vencedora na luta que seria travada, de modo que haveriam de ecoar nos arraiais gaúchos os hinos da vitória, atestando o triunfo popular na pugna eleitoral. O periódico apontava que a fraqueza do partido castilhista ficara exuberantemente demonstrada na luta armada de quase três longos anos, pois, não obstante os grandes elementos que lhe eram fornecidos pelo governo federal, não conseguira *aditadura científica* vencer os bravos federalistas que, no campo da honra, souberam cumprir patrioticamente o seu dever. Segundo tal interpretação, teria ficado bastante clara a fraqueza do castilhismo decadente, cuja força e prestígio eclipsaram-se com a morte do segundo presidente da república, que aberta e criminosamente o protegera, contra a vontade do povo rio-grandense. De acordo com o *Echo*, obcecados pelo ódio político, os desleais adversários castilhistas não queriam reconhecer a vastidão do patriótico programa adotado pelos federalistas, o qual haveria de ser o conjunto de princípios e de ideias generosas que levariam à salvação da pátria e do estado, através da república parlamentar, sistema político que melhor garantiria as liberdades públicas<sup>14</sup>.

O jornal atacava a estrutura eleitoral montada pelo castilhismo e os obstáculos que a mesma criava à eleição de candidatos oposicionistas. Denunciava que o presidente do estado não tinha sentimentos democráticos, não admitia instituições livres e, por mais que a sua imprensa se esforçasse em apresentá-lo como o tipo sincero republicano, não havia

---

<sup>14</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 10/dezembro/1896.

nele senão a encarnação do despotismo. Segundo a folha, o código básico do estado era a expressão mais fiel da tirania com que vinha sendo governado o povo rio-grandense, através da qual foram suprimidas todas as válvulas pelas quais as massas populares respiravam as emanações da liberdade, de modo que o povo não tinha autonomia, não podia realizar os seus desejos em face da magna lei estadual, que fechava todos os poderes nas mãos do presidente, potência única no estado. Afirmava ainda que o ditador do Rio Grande pretendia impedir que a oposição se fizesse representar nas instituições do poder, contando para isso, com as fraudes de costume e com a falta de escrúpulos de seus maleáveis instrumentos, de maneira que assim os rio-grandenses não tivessem representantes que denunciassem as ilegalidades e os crimes daquela imoral situação<sup>15</sup>.

Nessa linha, o *Echo do Sul* argumentava que um partido verdadeiramente prestigiado não deveria apoiar-se nos elementos oficiais, e sim, tirar a sua força e a sua pujança da massa do povo, o único representante do poder soberano, em face das modernas teorias políticas. O jornal destacava que tal representação não se coadunava com o partido republicano que ocupava o poder no Rio Grande do Sul, diante do qual o povo rio-grandense dia a dia melhor manifestava a sua desafeição, levando o partido governista a fazer da ameaça sua arma de guerra, iludindo eleitores com promessas de emprego público e utilizando todos os artifícios para afastar das urnas os adversários. Desse modo, o periódico considerava que o castilhismo era o oficialismo e o sintoma de decadência moral, que haveria de, dentro em

---

<sup>15</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 23/dezembro/1896.

breve, ser atirado à vala comum<sup>16</sup>. Na opinião da folha, era esse o intento pelo qual deveriam lutar os rio-grandenses, utilizando-se de todos os meios legais para livrarem-se daqueles monstros políticos que governavam e pretendiam continuar governando o Rio Grande do Sul<sup>17</sup>.

Tendo em vista essas veementes manifestações anticastilhistas, o jornal teve a sua publicação novamente suspensa entre 21 de março e 30 de setembro de 1897. Ao voltar a circular, o diário explicava as causas que levaram a essa interrupção, afirmando que não eram desconhecidos os motivos que determinaram o seu silêncio por tão longo tempo, uma vez que, como folha de oposição, cumprindo exatamente os deveres em face dos acontecimentos, o *Echo* não poderia deixar de ser desagradável aos serviços da *ditadura científica* que queriam, exigiam e impunham aos seus adversários, o completo servilismo. A folha denunciava que, ao cumprir nobremente o seu dever, inspirando-se nos princípios grandiosos que animaram os federalistas na peleja e ao combater sem rebuço a longa série de ignóbeis atentados com que o governismo afrontava os brios rio-grandenses, fora alvo de indecorosas ameaças de parte das autoridades militares da cidade. O periódico argumentava que, na triste e dolorosa alternativa de amoldar-se aos caprichos da espada, ou ser vítima dela, resolvera, como um protesto às projetadas violências, suspender a publicação, até que lhe fosse permitido agir completa e livremente, de acordo com a sua fé política. Passada a circunstância negativa, o *Echo do Sul* anunciava a retomada do seu lugar

---

<sup>16</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 1º/janeiro/1897.

<sup>17</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 8/janeiro/1897.

entre os batalhadores do porvir, da honra e da liberdade rio-grandense, vil e torpemente fustigadas por uma tirania que deprimia ainda a gloriosa terra dos gaúchos<sup>18</sup>.

Na manutenção de sua postura, o periódico declarava que o castilhismo era traiçoeiro e sanguinário<sup>19</sup> e propunha que todos os rio-grandenses deveriam continuar a lutar com esforço, com verdadeiro afincô no campo eleitoral, mesmo tendo de enfrentar as fraudes e as tramóias de desleais adversários de modo a promover o engrandecimento de um povo, que, por seu caráter, por sua organização moral e sentimentos de civismo, fora sempre considerado como sentinela vigilante da liberdade nacional<sup>20</sup>. Os ataques do jornal continuaram à época do borgismo, considerado apenas como um seguidor do castilhismo, vindo a afirmar que este ainda governava por trás daquele, ao manter um governo que não representava a opinião pública, não correspondia às aspirações de um povo culto e não tinha um partido político que o apoiasse sincera e lealmente, de maneira que somente o terror e a corrupção o podiam sustentar<sup>21</sup>. O *Echo* continuava destacando o caráter tirânico do governo castilhista-borgista, questionando a que ideal seria lícito referir que obedecia a política castilhista, uma vez que se tratava de um regime ferrenho que dava nervo à atividade dessa política, sendo forçoso concluir pela sua negação, ou senão pela sua natureza barbaramente despótica, una no regaço das agremiações violentamente governadas, tal qual

---

<sup>18</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 1º/outubro/1897.

<sup>19</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 5/fevereiro/1898.

<sup>20</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 19/março/1898.

<sup>21</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 5/maio/1898.

quem governava corporação incorrigível, de toda perdida para a moral. Segundo o periódico não era só ele que dizia aquilo, mas sim a irrecusável eloquência dos fatos brutais de uma selvageria sem nome, que, seguidamente, estavam a convulsionar rudemente a sensibilidade pública<sup>22</sup>.

O *Echo do Sul* declarava que se desvanecia em seguir na imprensa os ensinamentos grandiosos do notável tribuno Gaspar da Silveira Martins, denotando sua filiação ao partido federalista<sup>23</sup>, propondo que, apesar das dificuldades com as quais se esbarrava no Rio Grande do Sul para cumprir com altivez e independência os deveres impostos à imprensa livre, era imprescindível batalhar sem tréguas, sem desmaios, nem desfalecimentos, para fazer o Rio Grande voltar ao domínio da lei, ao império da justiça, ao regime da tolerância e da liberdade, destruindo, assim, o edifício da tirania, que não contava com o apoio da opinião livre e independente do torrão gaúcho, e terminando com os desastres incalculáveis que estava sofrendo o estado, sob o domínio aviltante do castilhismo perseguidor e exclusivista. Segundo o jornal, o partido federalista sempre desfraldara a bandeira da liberdade, que era bastante ampla e generosa e a cuja sombra poderiam acolher-se todos os que, animados de puras e patrióticas intenções, quisessem bem servir ao Rio Grande e à democracia, de modo a promover melhores dias para a infelicitada terra rio-grandense, entregue à plutocracia comtista, ao jacobinismo vermelho, à política do sangue e do punhal, ou enfim ao absolutismo castilhista<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 20/dezembro/1899.

<sup>23</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 5/agosto/1899.

<sup>24</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 4/janeiro/1900.

---

As dificuldades para manter o que considerava como os deveres de imprensa livre, apontadas pelo jornal, revelavam que persistia o estigma contra a folha oposicionista, a qual se constituía em objeto de constantes perseguições, o que viria a acarretar mais uma interrupção em sua circulação entre 23 de julho de 1900 e 28 de fevereiro de 1902. Ao retornar, o *Echo* explicava os motivos de mais uma suspensão da publicação, denunciando uma avalanche de perseguições ignóbeis, pelas quais era ele alvo predileto das fúrias e dos ódios de uma malta dissoluta e aventureira, visto que a sua palavra, imagem indefectível da verdade, feria e vergastava, confundia e anulava aquela gente selvagem, desvairada pelas paixões mais ruins e empolgadas pelas corrupções mais indignas. O diário ainda enfatizava que sobre os corruptos e os corsários da honra a sua palavra caía enérgica e luminosa, castigando-os nos seus desvarios, surpreendendo-os nas suas tramas, desequilibrando-os nas suas ambições, de modo que o velho paladino da liberdade se tornava a cobiçada presa da malta desenvolta. O jornal relatava que sofrera com uma indecorosa exploração da politicagem, e, para que a sociedade ficasse gelada de pavor, publicamente, os caluniadores ameaçaram: *vinganças à faca e à bala, decepar cabeças aos pares e às dúzias, transformar as ruas em estendais de cadáveres de maragatos*, de forma que, diante das ameaças, a empresa tivera de cerrar as portas, somente retornando após a sua absolvição das calúnias sofridas<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> ECHO DO SUL. Rio Grande, 1º/março/1902. Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-riograndense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002. p. 337-344.

E as perseguições não parariam por aí, o que, por si só, demonstravam um fundamento em especial *Echo do Sul* incomodava as autoridades governamentais. Por mais que o regime castilhista-borgista fosse cada vez mais hegemônico, as vozes discordantes traziam certo mal-estar aos donos do poder que não conseguiam ver lugar para forças oposicionistas naquele seu modelo de ditadura científica. Além disso, as manifestações do *Echo* e as represálias governamentais demonstravam que o espírito de enfrentamento era ainda muito forte nas terras sul-rio-grandenses e que a guerra civil não servira para aplacar toda a carga de ódios partidários e ideológicos<sup>26</sup>. Em todo período pré-revolucionário, durante a deflagração da Revolução Federalista e após o seu encerramento, com toda a série de sequelas dela advindas, a imprensa teve uma função essencial na difusão dos ideários que se confrontavam

---

<sup>26</sup> A respeito do contexto histórico da época, observar: ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Federalista: história & historiografia*. Rio Grande: FURG, 2002.; ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.; BARETTA, Silvio Rogério Duncan. *Political violence and regime change: a study of the 1893 civil war in Southern Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1985.; FONSECA, Pedro Cesar Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.; FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962.; FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.; LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcha*. São Paulo: Perspectiva, 1975.; PINTO, Célio Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.; e TRINDADE, Hélgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano sul-rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

no âmbito sulino e o *Echo do Sul* desempenhou papel fundamental nesse contexto, como folha anticastilhista e propagadora dos princípios federalistas. Não é para menos que abriu suas páginas para os mais variados representantes das forças contrárias ao castilhismo-borgismo, recebendo artigos de diversos desses intelectuais e, dentre eles, um dos mais assíduos e profícuos foi o próprio Ângelo Dourado, cujos textos marcaram presença e lá estão nas amareladas folhas do *Echo*, como um registro histórico de uma época.



# ALERTA I

*(publicado originalmente em 11/01/1899)*

As leis de Sólon condenavam à morte a todo grego que nas guerras civis se conservavam neutros ou indiferentes.

Esta condenação, que à primeira vista parece um ato de crueldade, perde esse caráter desde o momento em que se compreenda que as guerras civis são sempre a resultante da opressão, da espoliação da fortuna pública, da confiscação dos direitos dos indivíduos, mais irrita, ainda, quando a esses indivíduos se dá o espetaculoso título de cidadão.

Em verdade é bem desanimador para um povo, quando vê uma parte voltar-se ao sacrifício para salvar o todo, que é a pátria, que é a família, a outra aquietar-se, por medo ou interesse, donde o argumento da tirania de que o revolucionário não tem razão, visto que a maioria conservava-se calma; e até elogia seus atos, promovendo-lhe manifestações, enchendo-lhe de presentes e dádivas valiosas.

Deus sabe quanto lhes dói essa manifestação particular, ou pública, para anular a pena a que estavam condenados.

A notícia destas manifestações chegando aos ouvidos dos que com armas na mão lutavam e sofriam pela salvação comum, porque o homem que empunha uma arma não medita sobre seus proventos pessoais, porque até a vida não entra em seus cálculos, devia irritá-los, e fazer-lhes

perder não a coragem, mas esse sentimento de humanidade e respeito que são apanágios dos valentes.

As guerras civis que encontram uma parte da população “indiferente” ou “neutra” se prolongam e se eternizam até aniquilar o todo; ao passo que cada qual tomado a parte que lhe compete, elas podem ser medonhas, mas são rápidas, são uma ferida aguda que rapidamente se cicatriza.

Haja visto o medonho ciclone do Chile em nossos dias, e depois dele como a simpática nação se refez, a ponto de já poder encarar com sobranceria as maiores dificuldades; para exemplo da outra aí está o Brasil que teve uma guerra civil inadiável, e aí continua a morrer lentamente num esgoto de forças e de caráter que dói ver-se; que apresenta um painel de cores sombrias, na penumbra do futuro, para todo aquele homem que conhece a história dos povos, que medita sobre ela e estabelece o paralelo com esse pobre Brasil tão digno de melhor sorte.

Não é somente o estar de armas na mão que se deve chamar guerra civil, não. Toda a crise que ameaça o crédito e o direito do povo deve-se considerar o primeiro passo da guerra civil.

E cada vez que os homens, por um receio que não se pode explicar, sem ofender a dignidade, se aquietam diante desses prodromos de próximo enlace cruento, deve-se julgar que é indiferentismo, tende a exigir outra denominação.

A luta de Cromwell, a Revolução Francesa, a Comuna de Paris, o socialismo altivo e triunfante, o niilismo heroico, o anarquismo cego e desapiedado, são provas e exemplos dos resultados concludentes quando os homens se arvoram em governo é apenas ser enérgico; é apenas saber corromper; e

apenas buscar dinheiro para ter adeptos.

Esquecem-se que a revolução não raciocina, que o petróleo incendeia, que a dinamite não tem coração, e o punhal do anarquista é cego.

Carnot ou Isabel da Áustria, que lhe importa? Eram bons?

Eles não o sabem.

Apenas vêm-nos como representantes do poder que de longa data lhes vem sugando a vida.

Luis XVI era o herdeiro de todos os males causados ao povo, e era talvez o único bom naquela família, aos últimos tempos.

Nas modernas democracias, piores que as autocracias, os homens apenas olham o seu quatriênio ou lustro de governo.

Fazem pela vida, plantam ódios, firmam partidos pela força, e conservam o ânimo público em uma tensão enorme, disfarçada sob a capa da resignação pelos fatos consumados.

Julgam-se impunes, porque esquecem de que um braço, uma vontade, um amor sincero da pátria pode fazer mais num momento do que uma revolta, sem união de vistas, em anos.

*Dr. Ângelo Dourado*

## ALERTA II

*(publicado originalmente em 12/01/1899)*

Para muitos, ser adversário político, ou em ideias, é ser inimigo; para outros, o adversário é apenas um emulo, um auxiliar. Para mim, o adversário é uma força oposta que, tendendo para o mesmo fim, isto é, para o interesse comum da pátria, equilibrando-se pela resistência nos eleva, e embora divergindo em formas e meios, os adversários chegam ao mesmo fim, guiados pelo mesmo ideal – a grandeza da nacionalidade, sua honorabilidade; guarda, com o mesmo zelo com que guarda-se a honra da família, que o soldado e o cidadão, que a compreendem, sabem defender, a troco da própria vida, sem um lamento, sem uma queixa, porque reconhecem que nesse sacrifício sublime o homem se eleva em si mesmo quando se julga, e quando no íntimo da sua consciência comprehende a grandeza de seu ato.

Neste caso, as opiniões políticas são como vidros que resguardam, contra os ventos, a lâmpada do farol, mas seja qual for a cor de suas tintas, são sempre bastante transparentes para deixarem ver a luz que indica o porto desejado, ou a escolha a evitar.

E vem apelo, se me permita esta declaração, dizer: nunca me preocupou o rótulo ou título com que se denominam as formas de governo.

Qualquer delas pode fazer um povo relativamente feliz,

e qualquer delas, mesmo as que se denominam governo do povo pelo povo, pode fazer desse povo o escravo mais desprezível, a vítima mais digna de comiseração.

Acostumado desde muito a seguir dia a dia, a marcha dos negócios públicos, como junto a meus clientes sigo a marcha de suas moléstias, sintoma por sintoma, para procurar o meio de salvá-los ou minorar-lhes os sofrimentos, não poderia calar-me, eu que nunca recuei diante do sacrifício quando reconheço que desse sacrifício resulte um bem, não me poderia calar neste momento quando tudo parece pressagiar a maior das calamidades por que tem passado as nações, que somente na força da coesão encontram salvação; força que falta, em absoluto, à jovem nacionalidade brasileira, dispersa neste vasto continente onde a natureza guardou de todos os tesouros do universo inextinguíveis depósitos e por isso mesmo cobiçada por todas as nações antigas que deixarão de procurar as ilhas geladas de Sptzberg ou os areais ardentes da África, se na marcha em que vamos, que nos anuncia a hora suprema de nossa nacionalidade, dermos um passo mais para o desconhecido, amontoando erros a título de transição, a espera do imprevisto que se tornou a providênci a do infeliz povo brasileiro.

A boca do interesse chamar-me-á pessimista, ou visionário, eu peço porém aos homens honestos que um ideal político obriga a esperar que a regeneração ainda seja possível, a esses homens que amam a esta pobre pátria, que leiam as linhas que pretendo escrever em seguimento.

Não vou procurar a hipérbole que faz aumentar as coisas.

Na minha rude linguagem, eu não farei senão recordar

fatos conhecidos por todos; apenas mostrando que o erro de homem se dizia que seria reparado hoje, ou que devia dar magníficos resultados, cada dia aumenta, e chegou a ponto de mesmo para os mais ousados não mostrar no futuro senão um borrão de desgraças que vão ser por muito tempo a alimentação de nossa pobre pátria.

Será uma exposição longa, fastidiosa, sem atrativos. É um defeito meu – defeito de médico que habituou-se a ouvir a narrativa de longas enfermidades, a ver as chagas mais asquerosas, sem repugnância.

O Brasil é hoje um enfermo nestas condições; os homens honestos serão seu médico; eu não serei mais do que o expositor de seus males.

Portanto serei lido, e lido com atenção e sem repugnância, tão somente pelos homens honestos do meu país.

*Dr. Ângelo Dourado*

## ALERTA III

*(publicado originalmente em 13/01/1899)*

Convém ainda, antes de entrarmos no assunto, fazermos uma declaração para evitarmos intercorrências e parênteses.

O assunto demonstra que muitas vezes, ou continuamente, teremos de falar no Povo, porque é ao Povo que nos dirigimos.

Esta designação abrange a família brasileira.

Civil ou militar, juízes ou clero, milionários ou proletários, todas estas corporações ainda se unem no Brasil por laços mui constritos.

Rara é a família no Brasil que não tenha um membro nas classes armadas, sobretudo nas regiões onde existem escolas militares; rara a que não teve um parente que se apresentou diante da morte desde às guerras em que franceses e holandeses disputavam a posse de território, até o dia em que, nas grotas do Cerro Corá, pagou com a vida, heroica e hombrememente, é verdade, quem por uma ambição de glória, por uma visão de, imitando aos imperadores franceses, ter a hegemonia nesta parte do continente, como o primeiro a teve não na Europa, e o segundo no luxo e imponência depois da Criméia, veio nos insultar quando a contragosto, já respondíamos a um insulto.

Aquidaban e Sedan são páginas da história de todos

que por um momento de indecisão dos outros se julgam predestinados à supremacia, e embora confiados em exércitos cegos, pela obediência passiva, ou entusiasmo do momento, julgam que escravizar, vencer, impor, é apenas a vontade.

Aníbal teve Zama, e Alexandre teve Babilônia (quando a vitória afaga depois da crueldade, a providência transforma o triunfo em inimigo invencível). Marengo e Austerlitz encontram seu epílogo em Santa Helena, o 2 de Dezembro e Magenta, e Sebastopol tiveram seu ponto final na ponta da azagaia feroz do Zulu.

Portanto, só faremos referência a magistratura, ao exército ou à armada quando tivermos de ocupar-nos de assunto referente à profissão; no mais, só nos referiremos ao povo que comprehende felizmente todas as classes no Brasil.

Felizmente, porque a triste da nação onde essas classes se distanciam, e mais triste ainda, da nação cujo exército ou armada não é composto de homens tirados do seio do povo, e portanto sentindo as mesmas dores nas desgraças, e as mesmas alegrias nos dias propícios que alegram ao povo, ou o oprimem.

Felizmente, sim, porque a nação que não tem um exército de homens amantes da pátria a que defende, é uma nação que caminha para o seu aniquilamento.

A pequena Grécia enfrentou o mundo conhecido, então apoiada nos seus filhos heroicos, enquanto guardavam as tradições da família e as crenças nos seus deuses; a vitória sobre Ciro e Xerxes trouxe-lhe Pisístrato e a morte, modificando-lhe os costumes; a adoração dos novos deuses,

como dizia Ésquilo, quando no Prometeu, escreveu a sorte do povo grego na loucura da nova religião.

— Cuidado com os novos deuses, dizia ele; ides ser escravos.

E na hora suprema, antes que Hércules viesse libertá-lo, ele, o povo, não teve a resignação divina de Jesus pedindo perdão para os algozes que não sabiam o que faziam, ele teve ainda a imprecação da revolta:

— Tive piedade de todos, e é por isso que de mim ninguém se apieda. Justiça, minha mãe, vês o que fazem a teu filho? E as palavras de Ésquilo autor e ator se misturavam aos sons dos golpes de martelo e das correntes que o prendiam ao Cáucaso.

Era a sorte da Grécia que Ésquilo pintava; da Grécia cujos filhos já se esqueciam da pátria para cuidarem do interesse.

Desde então Felipe começou a caminhar sobre ela.

Não valeram Termópilas, Salamina, Maratona, Plateia; eram nebulosas do passado.

Não valeram as admoestações de Demóstenes, seu pedido para cada qual tomar o seu posto; cada ateniense defender seu território; não confiar nas cortes estrangeiras, assalariadas que guardavam os portos. Ninguém o ouviu.

Esquine, o ateniense comprado por Felipe, o rival de Demóstenes, triunfava; a pequena e obscura Macedônia, governada por um homem de gênio fez da Grécia heroica sua escrava para Roma fazer dela, depois, sua província.

Roma conquistou o mundo; a ambição de César criou o sistema dos imperadores que para viverem precisavam trazer o povo romano sob jugo de servos, sob o alfange dos

algozes.

Para sustentarem-se os Césares de facções, lançaram mão dos bárbaros conquistados; os bárbaros vingaram-se de Roma, que os romanos corrompidos pelos negócios, fazendo da política comércio, não puderam mais defender.

As nações que têm povo, que têm filhos, que amam mais a pátria do que o luxo e a preguiça, sempre triunfam ou nunca morrem.

Aí está a Polônia.

As potências dividindo-a, impondo-lhe até o esquecimento da própria língua, não conseguem matá-la; e a esperança a anima de um dia voltar a ser o que foi.

O povo brasileiro se adormece, se continua a dormir, verá em pouco o Brasil reduzido à sorte da Polônia.

A luta, a vingança, a destruição do sangue dos causadores de tais desgraças, não poderão refazer esse colosso que só a abnegação, a previsão, o patriotismo que aliena o capricho, o ódio, o interesse dos governos, pode dirigir; mas que, se esses governos só pensam no interesse próprio, e no ódio ou amizades pessoais irremediavelmente há de morrer.

*Dr. Ângelo Dourado*

## ALERTA IV

*(publicado originalmente em 14/01/1899)*

Ao médico compete estudar a moléstia, o seu caráter, sua natureza e coisas; ao higienista compete afastar todas as coisas morbigenas, e tudo que pode, mesmo por uma intercorrência, agravar a natureza das moléstias endêmicas, e, por isso, torná-las epidêmicas.

Quando tal não fazem, quando não empregam os meios profiláticos, quando em vez de desviar essas causas, provocam-nas, abrindo em tempos inoportunos valos em terrenos de natureza duvidosa, ou procurando esgotar poças onde apenas o repouso permite a pureza relativa das águas, esse higienista é um criminoso; é o único responsável por todos os males que dali se originarem.

E onde houver lei, ou onde a lei for lei, deve ser punido como causador de desgraças irreparáveis.

Nem a defesa da ignorância lhe pode ser permitida, porque só o homem sem dignidade aceita encargos acima de suas forças.

Nem o zelo pela saúde pública, porque como higienista deve saber quando e como devem ser tratados esses terrenos que podem dar em resultado uma alteração de ambiente; nem o “**não pensei**, por já tantas vezes tê-lo feito e nada acontecido; por isso o fiz”, porque é uma tentativa arriscada que poderia ter causado os mesmos males na primeira vez,

que causou na última.

O político é o médico social; mas o homem que se arroja, e julga-se com capacidade para governar um país, é o higienista social.

Todo erro, tudo que fizer capaz de alterar a ordem pública, é um crime digno da mais severa punição, sobre tudo quando no sistema *democrático*, esse governador é *eleito* pelo povo, e esse povo que o *elegeu* vai por seus erros ser transformado em sua vítima.

Um fato desconhecido, uma moléstia importada, uma calamidade produzindo o flagelo, não pode ser levada à custa do higienista; mas, conhecida a natureza da moléstia e suas causas, não procura desviá-las, esquecer-se das condições que produziram a primeira, para avisar-se nos pradromos da segunda e, portanto, minorar-lhe os efeitos, é desídia criminosa; provocar-lhe é crime de lesa humanidade.

O homem de governo que nem só se esquece das causas de uma alteração na marcha dos públicos negócios, mas até por ignorância, propósito ou estultice provoca essa alteração é criminoso de lesa pátria, de lesa humanidade, sobretudo quando esse erro mostra um propósito insistente, uma ideia fixa de agitar para poder justificar crimes, para poder plantar o terror, para poder se impor, somente visando um interesse meramente material, para não dizermos comercial.

Certas naturezas se revelam sempre, ainda que tardiamente.

Lopez sonhou um dia no Paraguai reunir sob a coroa que já sonhava, desde que viu os faustos de Napoleão III, todos os estados que pertenceram à Espanha na América do Sul.

Era o sonho grandioso de Bolívar; mas sonho onde o bem dos povos desaparecia para deixar em relevo somente a sua pessoa, o seu interesse, sua ambição, seu orgulho a escravização de milhões de homens.

Para isso, porém, era preciso aproveitar-se do descuido em que se achava o Brasil, e abatê-lo.

Era o único obstáculo para a criação do império espanhol americano para a dinastia Lopez, o colosso do Cruzeiro.

Desfeitos nos cálculos, ele mostrou os dentes de chacal.

Seus melhores amigos, seus parentes eram condenados ao chicote e ao cepo de Uruguaiana, por simples suspeitas; e nesse suplício, mulheres e velhos, vergastados pela soldadesca deviam denunciar cúmplices a quem ele queria que fossem denunciados para mandar matar – suas próprias irmãs, sua mãe sofreram o aviltamento.

Os homens que se opunham moralmente a isto “*eram seus inimigos*” e sujeitos às mesmas penas.

Era depois de seus almoços opíparos, de suas libações, quando todos já morriam de fome, que ele mais delações exigia, e mais vítimas entregava aos algozes.

Lopez, não podendo fugir, morreu como valente; mas os que, em outros povos, têm, não seus planos gigantescos, mas apenas o desejo de verem o luto no povo que o sustenta, vivem confortavelmente nos seus palácios, enquanto o povo se esfrega na miséria e nas apreensões sobre esse nebuloso amanhã que já se anuncia.

Sim!

Quem tem um exemplo, e não se aproveita dele para afastar os males, ao contrário, provoca-os, tem a alma de

Lopez, sem ter a sua coragem de marchar para o combate à frente de suas hostes.

Recordemos os fatos que se têm dado no Brasil e veremos que só um propósito firme de alterar essa aparente tranquilidade poderia provocar os que se estão dando.

*Dr. Angelo Dourado.*

# ALERTA V

*(publicado originalmente em 19/01/1899)*

Por necessidade de estabelecer um paralelo, lembre-se os fatos do passado que têm relação com os mais importantes do presente.

O Brasil havia terminado a guerra com o Paraguai, que nos custou, além dos sacrifícios enormes mas transitórios; além dos gastos que montaram em seiscentos mil contos, a enorme perda de cinquenta mil vidas, que para um país pouco populoso como o nosso é uma cifra desproporcional em relação à perda de outros povos nas guerras mais mortíferas.

A história, o juiz severo que julga sem promessas ou esperanças de emprego público ou privilégios que dão fortunas enormes que o povo pagará até no selo do calçado, e dos medicamentos há de dizer um dia, e já o diz, que o Sr. D. Pedro II, imperador do Brasil, empregou todo o seu esforço nessa guerra de honra para o Brasil, que a tal fora provocado; que moço ainda encaneceu nesse trabalho ingente de prover as nossas batalhas em território tão longínquo; e com seus ministros, principalmente o jovem Afonso Celso, então, hoje visconde de Ouro Preto que era o ministro da Marinha, no início das maiores dificuldades.

(Veja-se as monografias históricas Godoi, vertidas e anotadas por Arthur Montenegro, “Guerra do Paraguai e

Uruguai” e, a “Marinha de Outrora”, pelo Visconde de Ouro Preto).

As dificuldades, as pernas enormes, conquanto a vitória fosse sempre companheira dos brasileiros desde a época naval do Riachuelo, e o pisar a terra paraguaia por Osório, a frente de um punhado de heróis, relativamente as forças inimigas que fortificadas esperavam em sua terra, episódio guerreiro que ofusca aos de Alexandre atravessando o Tigre para atacar exércitos numerosos, mas sem unidade de vistas e pensamento como o paraguai; aos de Aníbal vadeando os Alpes para chegar a Cannes, graças às dissensões políticas que matavam Roma, dissensões que já pressagiavam sua ruína, mesmo depois de aparecer Cipião, o africano, o vencedor de Aníbal, e de Cartago, mas que a política devia exilar, para não alterar a letra do destino de Roma escrita pela Providência, clara, patente, a bradar a todos os ouvidos que os povos que não se guiaram pela justiça são povos cujos dias estão contados, por maior que seja a sua pujança no presente. Episódio guerreiro esse do Passo da Pátria e Itapiru que nos abriu caminho para esses combates titânicos que nos levou, lentamente, é verdade, mas sempre progredindo, a gravar em combates e batalhas, ataques a fortalezas, passando através de banhados e valos, e montes de abatizes, as lápides que deviam servir para o monumento do heroísmo brasileiro, não na conquista dos povos, não na escravização de nacionalidades, pela ambição de um; não para lançar o jugo da tirania em sua própria pátria, mas para libertar um povo da tirania mais feroz conhecida até então; para livrar a América do Sul de um ambicioso que não a deixaria mais repousar se não fosse abatido; as dificuldades

e perdas, dizíamos, desanimavam a alguns que queriam ou desejavam que o Brasil entrasse em negociações de paz com o Paraguai, D. Pedro declarou que preferia abdicar a tal aceitar, porque o Brasil fora insultado, provocado, e um povo em tais condições que aceita a paz ou a propõe, ou é um povo vencido, ou o será, dando tempo a que o inimigo se refaça, se prepare, para de novo voltar ao insulto, donde sem dúvida sairá triunfante.

d. Pedro dava metade de sua dotação, que era pequeníssima, em relação a dos chefes de estados nossos de hoje, para a guerra, e todos de sua família, e todos os funcionários fizeram o mesmo, os que podiam.

Então a guerra era um sacrifício para todos; e não o empobrecimento da nação para o enriquecimento de alguns, como se tem visto ultimamente no Brasil, isto é, depois de 1890, que se transformou o Brasil em panela de albergue noturno onde os privilegiados comem a carne e os outros bebem a água; não, nem assim, onde os privilegiados comem a carne que os outros fornecem até no momento de agonia.

*Dr. Ângelo Dourado*

# ALERTA VI

*(publicado originalmente em 20/01/1899)*

Para muitos que, na advocacia de causas que lhes promete lucros enormes, e que só pelo prisma do interesse veem os objetos, e por isso não importam que as coisas mais dignas da pátria sejam transformadas em crime, a guerra com o Paraguai foi um ato desnecessário, foi um capricho, foi uma vingança pessoal por ter Lopez querido casar-se com a filha de D. Pedro.

Algures, ouvi uma vez isto, e por bocas que hoje falam muito em república etc etc, que era preferível esse casamento, e assim o Brasil unir-se ao Paraguai, e tornar-se forte etc etc.

Mesmo depois do que se viu, do que se soube, a respeito daquele moderno Calígula, o espírito de oposição levava a ponto de ter-se desejos de um tirano por senhor, que seria o plantador da tirania eterna na América do Sul até a extinção das raças que a povoam.

Não nos admira isto, porque hoje ainda há quem deseje o Sr. Castilhos para seguir a política do Marechal; ou antes, rever Lopez no Brasil.

Para a seita positivista, que aconselha o assassinato ou o justifica, essa guerra foi um crime, e por isso devia-se entregar ao Paraguai os troféus ganhos aos paraguaios.

Não admira isso – esses troféus, banhados com o sangue

de 60 mil heróis, ficam deslocados juntos a essa bandeira de uma só face, nascido de conchavos de interesses e não estrelada na conquista lenta do direito e independência, nas batalhas sangrentas para constituir a pátria.

O fumo dos combates que ela tem recebido a enegrece porque é a guerra do interesse de indivíduos que ela tem ido; o sangue que a tem embebido a torna infeciosa porque é sangue derramado pela mão da iniquidade em guerras civis para eternizar partidos no poder, ou para criar a nova corte de Marcelinos Bispos, que há de viver no Brasil de mau que nele se planta.

Para não repetir sempre, direi que as referências que fizer restritamente de fatos decorridos e números são oriundos do trabalho precioso do Sr. Arthur Montenegro a que referime, e da monumental obra documentada “A marinha de outrora”, do Sr. VISCONDE DE Ouro Preto, então Afonso Celso, ministro da Marinha.

Lopez sonhava com uma coroa, chegou a pedir os moldes dessa joia na Europa, que foi depois encontrado nas alfândegas de Buenos Aires.

Era o cesarismo napoleônico posto em prática na América por um homem ignorante, nascido e criado nos quartéis de exército de escravos onde a tirania se impôs absorvendo todos os sentidos dos indivíduos, tornando os obedientes até a crueldade, como foi a de vergastar mulheres delicadas e irmãs do próprio monstro que tal mandava praticar; covardes a ponto de assassinar aos seus próprios irmãos, como os soldados de Alexandre, nas horas de embriaguez do chefe; como os bois que nas charqueadas arrastam os outros para o lugar onde devem ser mortos, a

ponto de aparecerem heróis quando obedeciam as ordens do tirânico senhor.

O exército de Lopez, formado de homens que obedeciam à sua vontade, como por sugestão, era de 80 mil homens segundo Thompson, Resquine e Caballero; segundo Gloud, encarregado dos negros da Inglaterra, e Mastermann, compunha-se de cem mil homens.

Os exércitos aliados eram compostos, de argentinos 11.500 homens, uruguaios, 1680 homens, brasileiros, 33.000 homens, total 46.180.

O argentino em pouco foi reduzido a 4.000 homens, porque o presidente Mitre teve que atender a guerras internas nascidas na sede do poder dos homens que aproveitavam a ocasião em que o estrangeiro que insultara sua pátria, que talhara Corrientes até o leito das crianças, se apresentava ousado e ameaçador.

Demais, esse exército argentino era composto quase que de estrangeiros, (já tivemos de falar em artigos precedentes dos exércitos de estranhos) porque os governadores dos diversos estados negaram-se a dar contingentes para a guerra comum.

Belo exemplo modelo para os países confederados, a não ser quando correm sobre os espanhóis para se apoderarem de Cuba e das Filipinas, com o mesmo heroísmo com que os espanhóis corriam para se apoderarem dos tesouros dos Incas, e das minas do México, o El Dorado, onde a providência, silenciosa ante a残酷de, deixou o gérmen da punição que se devia manifestar um dia.

O instrumento dela terá o seu dia também.

Espere a injusta yankee, que liberta Cuba e proporciona

elementos para escravizar o Brasil e matar sem um protesto um punhado de heroicos brasileiros que obedeceram a seus chefes, e matariam todos se um navio de guerra português não se lembrasse que não é somente a força que proporciona a honra, mas a vontade e a coragem que cria esse cavalheirismo, que o D. Quixote não conseguiu matar...

O exército oriental ficou reduzido a 100 homens porque Flores tinha necessidade de garantir o governo e de ser assassinado.

Os 30 mil brasileiros, dizimados pela metralha, pela peste, se reforçavam diariamente.

Foram esses valentes, portanto, que formaram o corpo de heróis que em cinco anos, por esteros horríveis e matos intransitáveis, vadeando rios navegáveis a cavalo, fazendo navios navegar sobre o lodo, dar combates à forças de terra onde a largura do rio não permitia voltar senão navegando de popa; fazendo pontes através de banhados para nela passarem exércitos, e as águas sepultarem-nas logo depois, brigando nos matos como caçadores que seguem a pista de felinos, foram esses brasileiros que deviam escrever no século XIX a epopeia, que só na mente dos poetas se pintaram nos tempos heroicos da Grécia, ou nas cruzadas se pintariam se e elas tivessem sido sempre vitoriosas.

*Dr. Ângelo Dourado*

## ALERTA VII

*(publicado originalmente em 21/01/1899)*

Muitas vezes, a nossa mente para confusa ao investigar as causas que se ocultam no arcano da eterna Origem.

Parece absurdo acreditar-se que existia um Ente imponderável que tudo fez, que tudo organizou, que tudo ordenou.

A Bíblia, na ousadia poética de Moisés, leva-nos a duvidar desse universo saído do nada, em um momento, que dando ao ente primordial uma vontade despótica e inconsciente torna-o sujeito a seus caprichos, fazendo tudo, mas, só depois sabendo se o que fez era bom: “e Deus disse: faça-se a luz; e a luz foi feita, e Deus viu que a luz era boa. Por isso a conservou”.

Quando, porém, se pensa como teria sido feito tudo que existe, se a espontaneidade poderia ter organizado esse tudo que marcha numa harmonia absoluta, onde um desvio imperceptível traz como consequências irremediáveis os cataclismos, é força admitir na existência desse Ente gerador onisciente, que por impulso de sua vontade, num Fiat, de que não se pode compreender a extensão, tudo fez; mas colocando junto de cada elemento o que deve puni-lo se exorbita do seu mestre.

Deve ser ridículo ver-se-me hoje, quando o positivismo que se dá fortuna baniu Deus do Brasil para poder fazê-

lo “progredir”, quando o espírito das leis brasileiras exige a não existência da alma para poder sancionar os crimes legais, falando em Deus, na Providência.

Que os meus antigos mestres e condiscípulos, se lerem estas linhas, não me julguem um leviano em ideias.

Na mocidade as utopias se confundem com as crenças, e a confiança na nobreza dos homens, e portanto dos povos, chega a nos fazer dispensar os elementos permanentes, em torno dos quais devem gravitar as alavancas da engrenagem social; mas depois de se ver que nos homens, que se propõem a levar os povos à liberdade, à ordem, ao progresso, nada mais existe do que a preocupação de seus interesses, de seu orgulho, de sua ambição, de ser ladrão público sem crime, assassino devastador sem punição, mente recua do ideal que a atraía, e só procura quem há de punir, um dia, esses crimes nefandos; quem há de por termo a essa calamidade que o povo suporta, já que o povo prefere a morte crônica na espoliação aviltadora, a morte aguda da luta, na resistência tenaz contra a tirania que lhe maneia os braços.

Nestes casos só a Providência se revela, até quando explode uma bomba de dinamite que faz voar as tripas de Alexandre, e faz falhar o tiro por excesso de segurança aumentaram para impor-se ao Brasil o Sr. Julio de Castilhos, terceiro consolidador da República; ainda que a falha daquele tiro trouxesse a morte do Marechal Bittencourt, morte que serviu para mostrar ao exército qual o valor que dão a ele, aqueles que só a custa dele têm se enriquecido, e só o procuram como meio para chegarem aos fins.

A morte do coronel Moreira César num posto de combate, onde a morte sempre está, serviu para provocar

matanças, ameaças, exílios, etc. etc., a morte de Sucupira e tantos outros nem foi lembrada.

A morte do marechal Bittencourt, num ato de altruísmo que não devia existir mais desde que no Brasil se fez do altruísmo um lema da República, nem só não acordou a indignação dos puritanos da grei, como não afastou as simpatias dos mandantes, re até se criminou a quem exigiu a punição dos mandatários.

A Providência aí manifestou-se abrindo os olhos dos que queriam ver, e que uma promessa futura, os elogios, a estima manifestada, são apenas resultado do interesse em buscar instrumentos para as causas pessoais.

Haja vista o que fizeram os generais Telles e Menna Barreto em prol da “legalidade”, conquanto não fossem personas gratas, em absoluto, porque são honestos, e vejase que até a honra se lhes tem atacado, até a bravura, porque negaram-se a ser instrumentos para a morte ou eterna tirania que se procura lançar sobre essa infeliz terra.

A Providência é a única esperança dos desgraçados.

Sendo o Brasil o país que mais depressa tornou-se desgraçado, todo o brasileiro que o ame, com esse amor que só permite aos bons filhos pela pobre mãe, devem se considerar desgraçados, portanto crentes na Providência que aí está a mostrar-ser por toda a parte, falando tão alto que só não ouvem os surdos voluntários.

Foi a Providência que guiou o exército brasileiro no Paraguai, será ela que há de acordar o espírito dos brasileiros no Brasil.

## ALERTA VIII

*(publicado originalmente em 24/01/1899)*

A não se admitir a providência, como se explica esse exército paraguaio estoico ante a morte, obediente até ao cuidídio importo pelo tirano, composto de 80 ou 100 mil homens, no seio misterioso do Paraguai, completamente desconhecido para nós, no meio de suas florestas e brenhas, cercadas de montanhas e chacos, ser batido por trinta mil brasileiros, que os seguiam passo a passo derrocando trincheiras ao grito de viva o Imperador, abrindo estradas à ordem de Caxias, fazendo pontes extraordinárias sob as vistas de Argollo.

Atravessando rios a nado para apoderar-se de povoações fortificadas, sob o comando de Alexandre Neves; saltando os abatizes de Curupaiti, ou reavendo com poucos homens as posições de Tuiuti, atacados de surpresa, à noite, por força duas vezes superiores, onde Porto Alegre, tendo o cavalo morto, bradava: “aqui morrerá até o último brasileiro”. E tinha por senha de resistência o grito de: “Viva o Imperador”?

Refregados por toda parte pelos lanceiros de Osório, até que foi-se esconder dizimado em Cerro Corá, depois daquela última convulsão medonha de agonia no Campo Grande a 16 de agosto, que durante horas pareciam levá-los de vencida, e só a vitória se declarou a nosso favor,

pela impetuosidade do Conde d'Eu, então brasileiro, por ter unido o seu destino ao Brasil cuja honra defendia com sacrifício de vida, voluntariamente?

Não fora a providência que colocou à frente desses homens que não temiam a morte, a Lopez, o protótipo da ambição, da vaidade, da injustiça, que matava os seus generais, no receio de que se distinguindo-lhe roubariam as glórias e talvez o poder, e depois dizimava o exército por não lhe ter dado a vitória por toda a parte, quem poderia vencer na América aquele exército paraguaio, se triunfante tivesse a sua frente um homem de gênio, um homem justo, um homem que não sacrificasse a vida e a tranquilidade dos outros pelo seu interesse pessoal?

O que seria do Brasil, apesar da bravura tantas vezes provada de seus filhos se aquele homem não fosse um monstro e quisesse para dar nome ao seu povo fazer abater a hegemonia brasileira, e que tinha generais e soldados como Dias, para quem o perigo e as dificuldades não existiam!

Se não fosse a Providência, que desviou a mente do Sr. Julio de Castilhos para só pensar na sua pessoa e grandeza futura, e por isso apesar de ter sob o seu comando imediato o general Galvão, o exército brasileiro e às suas ordens o tesouro nacional, o que seria daquele punhado de lutadores, restos das falanges de Gumercindo Saraiva, onde escrevi o meu diploma de cidadão brasileiro, cercados por toda a parte, a revoltear como a presa que procura uma saída, onde se acha encerrada?

O que seria de nós se o Sr. Julio de Castilhos não meditasse desde então negar tudo ao exército, colocando por toda a parte os oficiais do exército às ordens dos seus

generais, para no fim poder dizer que só os seus patriotas lutaram como há pouco se declarou no Congresso?

Que seria de nós se os corpos do exército fossem os encarregados exclusivamente de nos perseguir ou nos impor as marchas?

A Providência sabia que vencidos pelas forças castilhistas ele receberia mais orelhas de cadáveres do que Cartago recebeu anéis depois da batalha de Cannas. E a Providência parecia horrorizar-se ante a hecatombe e por isso fez com que um punhado de homens desarmados conseguissem o maior triunfo conhecido em 20 dias percorrer 120 léguas já sem armas, conduzindo seus feridos, não passando um dia ou uma hora sem avistar por toda a parte o inimigo que o perseguia, na retaguarda, nos flancos, sempre em número superior e bem armados, bem alimentados, resguardados do frio, ou que os esperavam onde seria impossível não passarem segundo a marcha que levavam.

É preciso crer-se na Providência, e quem crê sabe esperar. No desânimo mesmo há uma dúvida, a dúvida é um sinal de esperança. Esperemos.

E eu espero que se me perdoe esta divagação nunca inútil nos tristes dias por que passa o infeliz Brasil. Doravante não divagarei mais. Serei como Ovídio que prometia ao pai não fazer mais versos, em verso.

*Promitto pater, nunquane Componere versus.*

Assim, a divagar, prometo aos meus pacientes leitores, e ao *Echo*, não mais divagar.

*Dr. Ângelo Dourado.*

# ALERTA IX

*(publicado originalmente em 25/01/1899)*

A guerra do Paraguai, dizia Agassiz, não tem caráter egoísta; e o povo brasileiro deve ser considerado o “Estandarte da civilização na América do Sul”.

“Nesta luta, dizia o sábio estrangeiro, o Brasil merece a simpatia do mundo civilizado; o que ele ataca é a organização tirânica, semiclerical e semi-militar, que tomando o título de República desonra o belo nome que usurpa”.

Parênteses. Considerando-se que o positivismo é uma seita mil vezes pior do que a dos jesuítas, porque banindo do povo a ideia de Deus, dá-lhe o direito de cometer crimes selvagens; sendo a lei somente escudada na razão da força, punindo seu processo, e sem responsabilidade, dando ao El supremo da seita o direito sobre a vida e os bens do povo, comprehende-se que o Rio Grande é hoje um país muito abaixo do Paraguai, porque nem Deus deve existir para dar o consolo da esperança aos pobres oprimidos. Para levantar-se a voz contra esse vilipêndio, a que se submeteu uma parte da nação brasileira, é preciso ter-se a coragem de Isaías.

Entretanto o Brasil império ia, com sacrifício, libertar o Paraguai no Rio Grande, estabelece-se o positivismo como lei e religião, não em mãos puras como delirou Comte, mas em mãos manchadas em todos os crimes, e o Brasil vem em auxílio da tirania, sacrifica o erário público, arrasta a

nação à desonra, à miséria; busca desmoralizar o exército, o fator da república sujeitando-se ao generalato do Dr. Julio de Castilhos; prepara-nos a bancarrota inevitável, e talvez a entrega de parte do território porque a república positivista é contrária às nações de grande extensão, e o primeiro ato majestoso da república foi mandar um embaixador, em navio da esquadra brasileira, dar terras brasileiras aos argentinos; e porque ninguém sabe das cláusulas do misterioso arranjo financeiro, se no vencimento da moratória não poder pagar os milhões gastos; que em 9 anos a república decuplou dos gastos em cinquenta e nove anos, todos de construção da pátria, em contrário dos nove todos de derrocamento, só se construindo a fortuna dos que, por bestialização deste povo, se proclamam de pátria e instituição, como Luis XIV; com a diferença que aquele se proclamou assim para poder punir os Colberts, adicionando as hecatombes, as guerras civis que justificam as atrocidades e a concussão.

E o povo brasileiro foi quem deu ao Sr. Julio de Castilhos os meios de transformar o Rio Grande em rês sempre pronta a receber o golpe do magarefe; e a civilização desse fim de século, de comércio e interesses, na pessoa do Sr. conde Antonelli, representante do país feito por Victor Emanuel, “Il re galantuomo”, e Garibaldi, o paladino universal da liberdade, no teatro dos horrores, ciente de todas as coisas porque teve em sua viagem quem lhe narrasse como elas se fizeram, aclama o Sr. Castilhos anima e vita di questo bello paese!

“Bello, e libero e ricco ovve il popolo vive come se vive nel piú civile paese Del mondo”; deveria ter ajuntado o Sr. conde. Mas, Falstaff devia também dizer, em monólogo,

para terminar o brinde, - Cosa é l'honoré rinpiene La pancia? No!...

Ai de nós! Ontem era o Sr. padre Guilherme Dias vindo de Portugal ao Rio Grande para dar tribuna de demagogo, e das colunas do *Correio Mercantil*, fazer a apologia do Marechal Floriano Peixoto na terra onde, por uma cegueira fatal, sua ação foi a da morte, quando era ainda o seu nome que armava o braço dos Marcelli nos Bispos... hoje é o conde Antonelli que vem com a crueldade do legionário que dardejou o flanco de Jesus moribundo, proclamar alma e vida deste povo, juntamente quem foi a causa de sua ruína e talvez de sua morte...

Não!

O Sr. conde Antonelli, naquele banquete, não era o representante da nobre Itália que pelo impulso d'alma e bravura de seus filhos, dos velhos restos de tiranias sem nome ressurgiu como a deusa da liberdade dos escombros das Bastilhas.

S. Ex. ali não era mais do que um conviva de ovíparo banquete a buscar frases para brindar ao anfitrião da festa, fora do vocabulário já gasto dos brindes chulos.

Não, o Sr. padre Guilherme Dias não se lembrou que pertence a esta velha nação portuguesa, nossa mão carinhosa e amiga, que conosco chora e ri.

Honra a Itália, cujos filhos souberam afrontar a tirania, partilhando comigo e meus irmãos as dores, a fome e o perigo!

Honra a Portugal – que teve esse navio tão pequeno, mas tripulado por almas gigantescas de paladinos, para subtrair à crueldade sem alma um punhado de heróis, quase todos

crianças, onde devia salvar-se os que com o sangue deviam plantar a árvore da liberdade da pátria brasileira nos ásperos terrenos do cruento Campo Osório...

Perdão leitor. É a ferida d'alma de um brasileiro que recusa a dar como bofa o sangue de uma ferida que jamais cicatriza.

*Dr. Ângelo Dourado*

# ALERTA X

*(publicado originalmente em 26/01/1989)*

A guerra com o Paraguai, mais do que a vitória que exalta e significa os povos; mais do que a glória de que se possuiu o Brasil, único Império americano, de ser o conquistador da liberdade de uma nação escravizada até o aniquilamento pela tirania que se acobertava com o nome de República, símbolo da liberdade, sem o qual não tem o direito de existir; como antes já libertara outros povos, e nem só dava o exemplo de honestidade a que ao menos em aparência pareciam imitar, como moderava os ímpetos das tiranias dos países limítrofes, receosos dos impulsos generosos do povo brasileiro guiado por seu chefe, santificado hoje, a quem Fagundes Varella, o poeta que desejava ver as multidões transformarem-se em caudais para sepultar os opressores, dizia:

Oh! Não consintas que teu povo siga louco, sem rumo, desonroso trilho! Se és grande, ingente, que dominas tudo, também da terra do Brasil és filho! Abre-lhe os olhos, o caminho ensina aonde a glória em seu altar sorri; dize que viva, e viverá tranquilo; dize que morra, e morrerá por ti. (??!)

A guerra com o Paraguai, dizíamos, trouxe para o Brasil a maior lição que é possível ter os povos de boa fé que se adormecem na imprevidência, confiante no patriotismo,

número, e bravura; mas esquecidos de que num momento o inimigo astuto, pode marchar para manietar-lhe os braços enquanto publicamente lhe dão as maiores provas de afeto, de apreço e fraternidade.

Não fora essa providência ignota, que protege os justos, que imprimia em Lopez o receio de uma ousadia desusada, para não afastar-se de seus planos megalomaníacos, ele teria aceitado o plano do general Diaz, então coronel, e lhe dado os navios e oito mil homens para de surpresa desembarcar no Rio de Janeiro.

Os fatos posteriores, aqueles assaltos a encouraçados, indicam o que eles podiam fazer.

O Brasil vingaria a afronta, porque então o Brasil era uma nação e não um bando de feitorias onde cada feitor só busca num castilhismo sem alma o aniquilamento do brio e da riqueza pública para dominar, releve-se as exceções; mas quanto nos custaria organizar essa desforra se o inimigo se apoderava do nosso centro motor?

A história narra esse fato em referência a nós, e está cheia de fatos similares; mas o governo da república brasileira, ou seus governos, só pensam em vencer as dificuldades de seu mandato, embora para isso sacrifique o futuro da pátria, e o povo bestializado aplaude hoje o que amanhã nos há de fazer chorar lágrimas de sangue por não termos tido coragem de no momento em que se nos preparam esse futuro de desgraças de que os fatos atuais são premissas, visando a pátria; e esquecidos dos males momentâneos, para nos opormos como uma única vontade a esse mundo de desgraças que homens sem coração derramaram e derramam no caminho por onde hão de trilhar seus próprios filhos.

A guerra com o Paraguai ensinou ao Brasil a não adormecer na confiança do valor de seus filhos, e na pequenez relativa de seus vizinhos.

Por pequeno que seja um povo, seu orgulho, a ambição o engrandece.

O pigmeu tem bastante força para dar o golpe mortal no flanco do gigante.

Os seiscentos mil contos que se devia gastar, a antipatia da Europa, sobretudo da França, que não conhecia o Paraguai, e pelos emissários de Lopez que de lá viera pouco antes, chamando a atenção do mundo civilizado para a crueldade do Brasil, “que queria esmagar aquela pequena nação inofensiva, única que se opôs aos desígnios de reunir a América do Sul ao trono brasileiro”, nunca conseguiram baixar o câmbio a menos de 15 pence por dinheiro.

Uma interessante analogia. Quando o Sr. Julio de Castilhos pensou em só deixar o Rio Grande aqueles que ele poderia dominar pelo terror ou por suborno, fez espalhar no Brasil inteiro que os maragatos queriam acabar com o exército e restaurar a monarquia; as vítimas não tinham imprensa, e no Brasil de hoje, não se lê o que interessa à pátria, por isso ainda que tivéssemos imprensa, e o marechal consentisse que se desmentisse o Sr. Castilhos ninguém se importaria que se esvaziasse nas arcas castilhistas o tesouro nacional; e São Paulo desse presentes régios ao califado riograndense.

Os poucos que se levantaram condoídos pelos horrores que chegavam-lhes aos ouvidos, levados por via estrangeira foram perseguidos, ou ameaçados.

E a hediondez continuou legalmente no sul, e o Brasil

servia de carrasco às ordens do Sr. Castilhos para executar as sentenças de sua justiça discricionária.

*Dr. Ângelo Dourado.*

# ALERTA XI

*(publicado originalmente em 27/01/1899)*

Terminada a guerra de honra e humanidade, com *h*, um país novo como o Brasil devia entrar num repouso absoluto, como os seres de pouca resistência, depois de um longo esforço; entretanto, assim não aconteceu.

Os brasileiros de então, nessa luta heroica, cristalizaram n'alma, por assim dizer, o amor da pátria até então amorfo, e sem forma característica, porque só o sofrimento pode idonificar as almas onde o pundonor existe, ainda que adormecido; como aniquilar aquelas que desse sentimento não tem senão o rótulo.

Ainda se lutava, e já se pensava em prevenir o futuro construindo com sacrifício, é verdade, uma esquadra que garantisse a hegemonia que, por direito, devíamos ter nesta parte do globo, e que num momento pudesse selar, ao troar de seus canhões, o nosso protesto contra a imposição de qualquer potência do mundo.

Sim! Porque um país que conta homens que, desde os primeiros anos na carreira da luta, mandam içar a bandeira de combate em um pequeno navio em frente à poderosa nau, e ordena a abordagem, como Mariz e Barros; que tem leões como aqueles que desde Riachuelo até Mato Grosso encheram de assombro ao mundo, nas pugnas sem nome; que nas águas de Guanabara brincavam com as ondas e com

a morte como se já iniciassem a trilha da imortalidade, tendo uma esquadra como a que já possuímos, guiado pelo amor da pátria onde todos tinham direitos iguais perante a lei, e não o direito de vida e morte para uns e para o outros nem o direito de lamentar, sem receber o insulto, e de protestar sem receber a morte, como no Brasil atual, poderia no corcovear das ondas, em face de Deus, do direito e da justiça enfrentar a maior esquadra do mundo; submergir-se no pego, túmulo digno de tais heróis, vencidos, sim, diante da força numérica; mas vencedores diante do futuro, porque esses atos ensinam aos fortes pelo número que a vitória contra o direito leva em si o germen da destruição futura, que obriga-os a fugir de buscar tais vitórias, quando não olham os filhos de sua própria pátria como simples instrumentos de seus lucros pessoais.

Se as nossas costas extensas reclamavam uma esquadra, que só podemos ter em relação a nossas posses, a defesa do território não era esquecida, e cuidava-se do exército com especial interesse, porque sabia-se que se a esquadra podia defender-nos nas fronteiras vastíssimas, e sem cidadelas, o que não era preciso porque o corpo de um brasileiro onde se agita uma alma que ama mais a pátria do que a carne, é um baluarte que recebe impávido o choque do inimigo; é uma mancha de guerra que corre em busca desse inimigo para levar-lhe a luva atirada, como já o provamos.

Mas a guerra com o Paraguai nos ensinou quanto custa uma luta onde se aprende a manejar uma arma sob o fogo mortífero do inimigo; a fazer uma evolução quando os golpes de sabre já lhe laceram as carnes.

Vence-se, sim, porque a coragem, não é privilégio de

classes; mas de quem tem brio; mas vence-se com sacrifícios sem nome, que os governos têm o direito de aliviar, embora criando outros sacrifícios que o povo suporta satisfeitos vendo o fim a que se destinam.

Hoje esse sacrifício imposto ao povo não é para livrá-lo dos desastres futuros, é para aumentar-lhe o sofrimento criando as brigadas estaduais que em cada estado garantam o direito dos Castilhos, de poder fazer dos filhos de sua terra o rebanho onde se nutrem aqueles que, por afeto (?) abraçam a bandeira de seu ostensivo presente, de bem tristes presságios para o dia de amanhã, que não virá se Deus deixar de existir.

*Dr. Ângelo Dourado*

## ALERTA XII

*(publicado originalmente em 28/01/1899)*

A educação do soldado, isto é, a preparação de oficiais que em natural emergência estariam prontos para a defesa da Pátria foi objeto da maior solicitude da coroa, a que se dedicava com persistência qualquer partido que estivesse no poder.

As classes armadas só eram trazidas à baila da discussão para se censurar ao governo por não lhes dar maior relevância e melhor conforto.

A guerra havia esgotado o erário, mas os brasileiros de então sabiam que conservar os seus defensores de primeira linha em condição de atender ao primeiro brado de alarme era conservar o fundo de economia indispensáveis para a garantia do crédito moral da nação.

As escolas militares foram ampliadas; era preciso que o oficial brasileiro pudesse ser um soldado, e ao mesmo tempo um diplomata.

Infelizmente esta ampliação não foi bem compreendida por alguns professores que incutiram no espírito dos rapazes o vício das seitas filosóficas, bem dispensáveis ao soldado, e dessa seita nasceu a desordem que contaminou tudo, esquecidos de que ela tem por princípio cardeal a extinção do exército, e, até lá, a obediência passiva às ordens dos tiranos na eliminação daqueles que se opõe aos planos

“altruísticos” de se eternizarem no poder, e serem senhores da fortuna pública, sem fiscalização nem prestação de contas, como tem-se visto no Rio Grande do Sul.

As armas, que os que meditam no meio de matar inventavam, eram logo trazidas para o Brasil, depois de sério exame, sem que disso houvesse resultado a fortuna dos comissionados; ao contrário, era tão severa a fiscalização pelos órgãos populares, que uma invenção trazia sérios desgostos a quem os aceitasse.

Haja vista a célebre questão do *Aquidaban*, onde se dizia que entrara, na confecção de obras mortas, o papelão, que até para os wagons de estradas de ferro tem sido aplicado; e que preparado de certo modo oferece mais resistência do que a madeira.

Entretanto, que hoje... Não falemos de hoje.

Este hoje do Brasil é a inundação do lodo, onde só as hidras medram, onde só as minhocas proliferam.

Tal era a imposição inadiável de possuir o Brasil, um exército capaz que, o conde d’Eu, marechal de campo do exército brasileiro, príncipe consorte da herdeira presuntiva da coroa, pediu para si o comando da arma de artilharia, sem soldo nem gratificação, sujeitando-se ao ministro da guerra, e ao ajudante-general do exército.

Ambição de mando, preparativo para governo militar gritavam muitos, e eu também.

Não! Em muitos esse grito era a fames auri, como o demonstraram imediatamente depois do advento da república militar, que eles aceitavam chamando a antipatia pública por esse mesmo motivo para o conde d’Eu; em outros era essa utopia vaga da mocidade que forma castelos sem sentir

que faltam-lhe elementos até para a boa edificação de uma cubata.

A guerra do Paraguai tinha patenteado ao mundo a generosidade do povo brasileiro, único no mundo, que provocado e vencedor não olhou sacrifícios para melhorar a sorte do vencido, para fazer-se-lhe respeitar, para garantir a nova formação em caminho oposto àquele que o arrastou à ruína.

Não era, portanto, o espírito de conquista que abrigava ao governo a criar forças armadas como a que tínhamos; não era a necessidade de garantir-se porque o espírito da instituição era patente e franco; só permaneceria no Brasil se o Brasil assim o quisesse.

A prova dessa manifestação que, para muitos, era um “maquiavelismo”, tivemos na resignação angélica e cristã do velho imperador, que aceitou a intimação do banimento como uma ordem superior, podendo por direito a ela se opor, contando, para isso, com elementos, porque até manifestações desnecessárias havia recebido onde se assinava a promessa de defendê-lo até a morte; promessa que seria cumprida se ele o exigisse sob pena de desonra.

Não! Para ele uma gota de sangue, uma vida que se sacrifique a não ser pelo interesse da Pátria era um crime.

Ele sabia que ali jogava-se o futuro da Pátria; mas em aparência estava o interesse de sua família; esse receio se impôs ao dever.

*Dr. Ângelo Dourado.*

## ALERTA XIII

(publicado originalmente em 29/01/1899)

Os militares geralmente são pobres.

Raramente são encarregados de comissões que possam deixar um pequeno lucro; por isso era um dever providenciar sobre a garantia da família deles contra a miséria, único motivo que pode acovardar a alma de um valente, se ela fraqueia nessa luta entre o dever e o coração.

Havia roubo, havia desvios, mas isto era tido como caso raríssimo, e eram os próprios generais ou oficiais que provocavam as investigações, imediatamente, para se saber qual o culpado, sobretudo se isso afetava-lhe de alguma forma; e conhecido o criminoso era punido se militar, expulso do exército, proibido de acompanhá-lo, se civil. As pagadorias tinham um trabalho imenso, e não se mandava buscar soldo sem primeiro ter prestado contas.

Eram os próprios generais que exigiam, por isso lê-se em detalhe: “não se pode ainda receber o soldo por causa da demora na prestação de contas, por isso convém aumentar o pessoal daquele serviço, etc., etc.”

No Paraguai, sabemos de fonte idônea, mais de um fornecedor viu-se ameaçado de perder o lugar por levar presentes aos generais, sem cumprir bem o contrato; eram esses mesmos generais que os denunciavam.

Se o general encarregava a um amigo de negócio,

como compras de gados e muares, nas mesmas condições que outras, e esse amigo abusava, ou não cumpria com o estabelecido, a censura era feita ao general. Caxias sofreu bem amargas censuras por isso.

Das guerras voltavam todos pobres.

Conheci vários homens que fizeram toda a campanha do Paraguai; que eram de uma economia proverbial; que nunca sentaram-se a uma banca de jogo, e de lá voltaram apenas com o soldo do mês.

Um desses acaba de viver, foi o meu amigo general Faria Rocha.

Felizmente, e graças a Deus, naquele tempo, que como em todos a fortuna teve valor, o ser pobre não era defeito, nem crime.

O ser ladrão, sim.

Para aqueles havia no caráter público um abrigo, para estes um certo desprezo tácito, e um espantalho, Fernando de Noronha.

Hoje tudo mudou. A concussão é uma benemerência. Compra-se uma fazenda depois de uma comissão ou cargo, onde os proventos mal dariam para uma pequena economia, com mais facilidade do que Paranhos depois de longos anos de diplomacia no Prata, comprava um vestido para mandar à filha.

E não consta que alguém tivesse exigido a reentrada para os cofres dos saques em branco feitos pelo tesouro, e entregues a si como o fizeram Cotelipe, Saraiva e Octaviano Rosas.

De que lhes valeu isto, perguntar-me-á o espírito da atualidade; morreram e aí deixaram as famílias pobres, os

que as tinham, como Cotelipe; quem nem um abrigo deixou para a filha cuja fortuna sacrificou na política?

Hoje seria difícil responder a essa pergunta; porque quem não segue o espírito de seu tempo dele suporta todos os males; e o roubo, a concussão, a cobrança de impostos, são coisas tão mesquinhas em relação ao valor do povo ante a república, como é lançar a cangalha sobre o lombo do burro roubado que sempre se tem receio de encontrar com o dono.

O que me admira é ver de vez em quando se mandar proceder contra funcionários que roubaram trezentos, quatrocentos, mil contos, uma bagatela.

Pois valha a pena isto, senhores, no Brasil, a terra que em nove anos fez mais de cem arquimilionários, sem se descobrir minas de ouro, ou sem cavá-las?

O que é notável, porém, é que quando há notícia de um roubo, pouco depois os jornais dizem – estão comprometidos grandes personagens – e ninguém mais fala nisso.

Não há dia em que não se leia notícia de um roubo no correio, nas alfândegas, nas estradas de ferro, nas tesourarias, fala-se disso apenas para Gaudio da reportagem, e depois tudo volta ao silêncio com o mesmo indiferentismo.

Quando a injustiça da lei é sementância de refúgio, a providência torna-se vingadora.

Os criminosos serão punidos, e o Brasil voltará a ser Brasil, depois de justiçar aos que o arrastaram à desonra e à ruína.

É questão de tempo, e talvez bem curto.

*Dr. Ângelo Dourado.*

# ALERTA XIV

*(publicado originalmente em 31/01/1899)*

Depois de cinco anos de lutas no Paraguai, onde o soldo era pago em ouro, e o fornecimento contratado, e grandes riquezas havia em joias, porque o ouro era o único luxo permitido por Lopez, voltaram todos pobres, os brasileiros, trazendo apenas alguns o soldo guardado por grande economia; um, ou outro, trazendo um pecúlio ganho em certas especulações que não desonravam; outros nem isso, porque tinham de dividir o soldo com a família que ficara no Brasil.

A chegada de Faria Rocha, o primeiro que voltou à pátria à frente de sua brigada, o imperador quis dar-lhe um título nobiliárquico; ele respondeu que seria bem triste para um barão ir ser caixa ou guarda-livros no comércio.

Ao que lhe respondeu D. Pedro: “são estes que a meus olhos mais dignamente gozam do título, porque mostram que muito o mereceram”.

Francisco Lourenço, depois barão de Sergy, foi ser pequeno lavrador porque na sua ausência seu engenho em Santo Amaro se arruinou por completo.

Joaquim Maurício Ferreira, irmão de Anna Nery, que marchara como comandante do corpo policial da Bahia, que ao primeiro grito de guerra se apresentara voluntário, voltou como coronel, sem os dedos de uma das mãos, decepados a

golpes de sabre, nos entreveros, e uma porção de cicatrizes no corpo.

Nunca aceitou promoção porque seria privar-se de continuar a comandar a polícia, na Bahia, se voltasse. Este mesmo motivo apresentou ao imperador, quando depois da guerra o quis promover, ou dar um título nobiliárquico.

O capitão Marcolino José Dias, um dos poucos que sobreviveram ao corpo de zuavos baianos, tão celebre nessa campanha, de lá voltou capitão, tendo ido como soldado.

Conheci-o porteiro de biblioteca pública, com um ordenado de oitenta a cem mil réis; valia mais de quatrocentos mil réis hoje; muito satisfeito e calmo.

Eu era um frequentador diário da biblioteca, porque nos intervalos das aulas na academia havia uma ou duas horas perdidas, e eu ia ali em procura de velhos alfarrábios que muito me entretinham.

Depois que conheci o capitão Marcolino, não lia senão quando tinha necessidade de indagar certos fatos.

Entretinha-me em ouvi-lo contar-me as coisas da guerra: como lutaram, sofreram, como morreram.

Isto que naquele tempo era apenas passatempo serviu-me nessa triste campanha no sul, para não se morrer pela faca da legalidade em casa.

Há uma grande vantagem em se conhecer os sofrimentos alheios.

Não consola, mas anima no sofrer, comparando-se o sofrimento com o dos outros.

É um conselho que aqui deixo, e que sempre dei aos infelizes, e aos que comigo lutaram nesses quatro anos, de sofrimento sem nome, para fazer a fortuna do Sr. Castilhos

e seus amigos, conforme a declaração do Sr. general Galvão me autoriza a dizer.

Eu lhes dizia – nunca compare sua sorte com a de quem é feliz, procure entre seus iguais os que são infelizes para compará-la; e verá que muitos estão em piores condições.

Como estes que conheci, pode-se dizer, foram todos.

O emprego público, era, sabe-se, para o pretendente que tivesse serviço na campanha.

O imperador, o conde d'Eu eram os encarregados de velar sobre eles.

Sabe-se de fatos que arrastaram ministérios à queda, porque haviam altos personagens políticos pretendendo empregos em concurso com quem tinha serviço de campanha.

Uma vez, como estudante ainda, passei por um pequeno povoado sertanejo, e vi uma escola. Fui visitá-la. O mestre era um homem ainda moço, que ensinava uma porção de meninos, creio que a 200 réis por mês cada um.

Conversamos, e ele me disse que havia voltado do Paraguai como sargento, e que ali vivia a ensinar porque sempre fora esta a sua profissão.

Sabia ler e escrever e as quatro “espécies”, como se dizia então.

Não precisava ser normalista para não ensinar coisa nenhuma; ele ensinava o que sabia, e isto basta ao sertanejo.

Apenas na capital fui à assembleia e com amigos deputados, obtive a criação de uma cadeira pública no lugar, “para aquele homem” mas, apenas criada a cadeira, a política precisou dela.

O meu amigo voluntário escreveu-me, queixando-se de que lhe havia feito um mal, porque assim ficava sem ter meninos para ensinar, porque todos iriam para a aula régia.

Pedi sua fé de ofício e com ela fui ao palácio. Só isto bastou para se deixar de proceder o concurso, e o meu valente foi nomeado professor.

Outros vi, cobertos de grandes condecorações, a pescar no São Francisco e a rachar lenha.

Se honravam com isso,

Não sabiam ler, e por isso ali estavam.

Mas quanta nobreza naquelas mãos que se calejaram manobrando a carabina pela defesa da pátria, e o machado para terem um pão!

Como lhes ficavam bem as medalhas!!

*Dr. Ângelo Dourado.*

# ALERTA XV

*(publicado originalmente em 02/02/1899)*

Para os militares efetivos, isto é, para a garantia do futuro, e das famílias, além do meio soldo criou-se a Cruz dos Militares.

Não sabemos a data de sua fundação, sabemos, porém, que tornou-se uma sociedade protetora das famílias dos militares digna de nota, talvez única segundo as vantagens.

Uma vez, que sobre ela conversamos com o seu tesoureiro, o Sr. general Marinho hoje, então major, admiramos da sábia previsão com que era gerida, e da grande soma de dinheiro acumulado como capital.

Não era somente sobre o futuro que se pensava; melhorar a sorte do militar, prepará-lo para as eventualidades, estabelecer portanto a disciplina porque não se a pode exigir onde o governo descura do bem estar, que produz o bom e decente proceder.

Era objeto da maior solicitude, por isso, a pasta da guerra; era uma das de maior responsabilidade.

Dizia-se que isto era devido ao conde d'Eu que se imiscuía nos negócios de Estado em favor do exército; mas somos forçados a crer que essa ação não chegava a tal ponto.

Ele seria talvez um reclamador, como marechal, como comandante de corpo; seria talvez um lembrador de medidas

como conselheiro de Estado, mas nunca um impositor, porque os homens daquela época não admitiam imposições; louvado Deus, que nos permitiu ter em nossa vida de povo, tempo em que os políticos tinham dignidade sem ser a do *capricho ou negócio*.

Ocorre-me neste momento um fato que relatarei, em relação à intervenção do poder pessoal do imperador que tanto se falou.

Visitando o conselheiro José Antônio Saraiva, a quem prendia-se parentesco por afinidade, entramos em uma palestra um pouco animada sobre política, e que valeu-me bem bons apertos de braço e cotoveladas, cacoete que ele tinha como gesticulação quando conversava na intimidade.

Minhas ideias ultraliberais, (não digo republicanas, porque essa designação no Brasil, hoje infamaria o meu ideal de então), levaram-me a falar do poder pessoal do imperador.

Estava-se justamente na fase agudíssima da questão militar; saraiva respondeu-me, que tal poder nunca existiu, e vendo o pasmo com que eu recebia tal asserção, que se opunha ao que era geralmente sabido e proclamado, disse-me:

– O imperador é um homem inteligente, de ilustração vastíssima, e conheededor de todas as necessidades do Estado e dos meios de melhor se as prover. Os partidos obrigam a procurar para ministro, homens muitas vezes sem experiências, mas que dispõe de votos. Eles levam para o despacho os projetos que julgam bons; o imperador discute-os, e vence com grandes conhecimentos que possui. Este é que é o poder pessoal.

A respeitabilidade do meu interlocutor fez-me calar; o tempo me veio provar que ele tinha razão.

Para isso não é preciso mais do que meditar-se sobre o ramo mais simples do serviço público depois de proclamada a república, e desprezados os homens que aprenderam naquela escola do amor da pátria.

Um momento houve em que pareceu que o Brasil ia entrar nas regras do justo; foi quando o marechal Floriano prometeu sentar-se à porta do tesouro, quando o Dr. Julio de Castilhos, pela *Federação* o denominou de:

## Marechal três vezes traidor.

Criando um tribunal de contas onde sentavam homens como o conselheiro Corrêa, parecia que o dinheiro público ia ser da nação e não de indivíduos; mas desgraçadamente a providência que devia não deixar que o que nasce do crime seja olhado bem, uniu o Sr. Floriano ao Sr. Julio de Castilhos.

O tribunal de contas foi dissolvido porque punha embaraço ao despejo do dinheiro brasileiro nos cofres dos partidários da legalidade no Sul.

E o que o Brasil, em paz, precisava, para fazer, de todo o esforço de estadistas consumados, toda a atividade do imperador, e da boa vontade dos brasileiros, bastou o Sr. Cassiano do Nascimento, para fazer em tempo de guerra civil, quando lutava-se com todas as dificuldades.

Pelo autor pode-se conhecer a obra, ou a obra fará conhecer o autor.

Na história só se conhece um fato de favoritismo tão

prejudicial ao povo, como esse do marechal para o Sr. Julio de Castilhos.

A parte o sangue, a crueldade e os morticínios, o favoritismo do Sr. Julio de Castilhos, no Brasil, República nascente, só pode ser comparado com o de madame de Pompadour, na monarquia moribunda dos Bourbons; naquele torpe reinado de Luiz XV que devia arrastar sobre a França tantas calamidades que depois de um século ainda não a deixou se firmar no que deve ser.

Seu descendente pagou com a vida todos os crimes que ele lhe deixou por herança; o Sr. Julio de Castilhos continuou a querer ser o favorito eterno desta devastada república.

Pompadour foi guilhotinada, o Sr. Castilhos continua a ser senhor de baraço e cutelo.

*Dr. Ângelo Dourado*

# ALERTA XVI

*(publicado originalmente em 03/02/1899)*

Então não era praxe ser ministro da guerra um militar; só tal sucedia quando um militar de alta patente ocupava um lugar no senado que, era ainda uma paga de serviços à pátria a lembrança de seu nome e eleição; e a necessidade de ter-se nas corporações legisladoras quem representasse a classe que também devia gozar dos benefícios das leis votadas, ou sofrer-lhe a imposição conforme as exigências do tempo.

Os melhoramentos do exército não foram, portanto, de iniciativa militar, mas de civis que tudo faziam para melhorar, atendendo as condições financeiras, o exército encarregado de defender a pátria quer em relação à sua integridade, quer em relação à sua honra, enquanto à marinha não poderia, pelo número e condições, defender os vastos mares que nos banham parecia dormir, convicta de que no momento do perigo despertaria para escrever mais uma página na história dos heroísmos sem nome.

Homens houve que ganharam grande fama no exército como administradores; e muitos foram, podendo nós, entre eles, citar o nome de J. J. de Oliveira Junqueira, que então gozava da maior estima da corporação.

Sua inteligência e ilustração, todo o seu tempo era dedicado ao melhoramento da classe; ouvia as reclamações gerais e pessoais, fossem elas feitas por altas patentes,

fossem por oficiais, fossem por simples e míseros soldados; e atendia-os se de justiça; era o que eu então ouvia de todos.

Não se pode dizer que tal proceder tinha por fim ganhar as simpatias do exército para planos singulares. Naquele tempo essas simpatias em nada influíam. O exército era da nação e não dos partidos. Quando, por acaso, um político, mesmo militar, aceitava uma pasta da guerra ou da marinha, sua crença política ficava em casa, e se só manifestava nas votações ou discussões nas assembleias.

Tivemos a prova do que afirmamos no conselheiro Junqueira. Talvez por excesso de trabalho sua mentalidade cansou-se, e a sua razão sucumbiu. Tivemos ocasião devê-lo nessa triste e última fase de sua vida. Sua única preocupação, ou antes a sua ideia fixa era o exército.

Todos que o visitavam ele julgava ser um militar.

Se no momento julgava falar a um general ou oficial de patente elevada sua conversa versava sobre melhoramentos materiais, que deviam num momento dado colocar o exército em condições de preencher o seu grande papel na pátria; se a moços oficiais a conversa era outra: era sobre estudos de armas modernas, sobre a dignificação de cada qual subindo na escala dos postos por merecimento por serviços, nos tempos extraordinários, que pareciam próximos, e por isso estava ele fazendo questão de dinheiro para as estradas estratégicas; para a compra dos modernos armamentos.

Falava muito nos exercícios que assistira em Santa Cruz, sob o comando do conde d'Eu.

Se falava a um pobre soldado ele enchia-o de esperanças de melhorar o soldo; dar um pouco de conforto às pobres

mulheres de soldado que tinham filhos.

Uma vez ouvimo-lo dizer:

– Eles não são casados, mas essas mulheres vivem como se tal fossem; têm filhos e por isso é justo que se lhes suavize as desgraças; assim o soldado se dedicará com mais amor à pátria.

Para se poder visitá-lo, isto é, para poder ser recebido por ele era preciso ser anunciado como um militar; os próprios médicos deviam dizer que ali iam em serviço do exército.

Foi depois da questão militar que se estatuiu que as pastas de guerra seriam ocupadas por militares.

A nosso ver era isso, em absoluto, desnecessário, e trazia em si o afrouxamento da disciplina e a necessidade de se ter militares como políticos partidários, donde funestas consequências para o exército se originariam.

Não somos dos que julgam que o exército não deve se preocupar com a política.

A política é a higiene dos povos.

Todo o homem que ame a pátria, tem obrigação de ser político.

Quem em um país declara que não é político não pode exigir que se lhe tenha consideração porque é um interesseiro que busca navegar com todos os ventos, ou um covarde que não tem coragem de manifestar o que sente em relação à boa ou má gerência dos públicos negócios.

Ao soldado mais do que a ninguém interessa a boa marcha do serviço nacional, porque é a ele que cabe maior responsabilidade nos desastres, e a má administração do país arrasta fatalmente, irremediavelmente, a esses desastres que só depois de contemplar-se os horrores, os sofrimentos,

os escombros, a ruína material e moral que são sempre o resultado dessas premissas, é que se pode calcular o crime de quem por ignorância, capricho, ambição ou propósito arrastou uma nacionalidade à sua queda, ou ao esfacelamento que é o mesmo que ofereceu-se à fácil conquista até por povos que nunca seriam capazes de conquistar.

É isto que nos ameaça de todos os lados enquanto os *senhores* só cuidam de seus partidos, ou antes de seus interesses, isto é, de não abandonar nunca o posto onde reduzem à fortuna pessoal o que se arranca ao povo até na última côdea de pão.

A política de partidos, porém, é calamitosa para as classes armadas e portanto para a pátria, quando a ela se filiam os militares.

No próximo número veremos porque assim pensamos.

*Dr. Ângelo Dourado.*

# ALERTA XVII

*(publicado originalmente em 05/02/1899)*

Se o conhecimento das armas e dos costumes militares, e as necessidades dos soldados indicam a militares como devendo ocupar as pastas de guerra, porque aos ministros em tempos de paz só compete velar pela sorte do exército e de cada soldado em particular, a escolha desse ministro implicava a ideia de filiação a partidos políticos donde o direito de cada militar filiar-se ostensivamente ao partido de suas simpatias, ou de seus amigos, e portanto o direito de discutir politicamente, os atos de seu superior hierárquico, pública e ostensivamente porque assim o permite a política, sem que se possa responsabilizá-los pela indisciplina.

Nem é justo que um militar que espôsa a causa de um partido, e que portanto assume a responsabilidade de tudo que esse partido pratica, reclame suas prerrogativas militares quando se lhes ataca o caráter político e seus atos.

Ultimamente no Brasil temos tido a prova disso,

Sabe-se quanto a grande maioria do povo rio-grandense vive sob o guante de ferro do Sr. Julio de Castilhos, não por covardia, não! Somos testemunha ocular da coragem desse povo, de sua persistência na luta, de sua resignação no sofrimento.

O nome rio-grandense, a altivez de seus filhos, seu amor à liberdade e independência soavam-me aos ouvidos desde

a infância como predicados de figuras lendárias dos tempos cavalheirescos que bem contra meus interesses encontram eco dentro em mim.

Foi por isso que o destino trouxe-me à terra gaúcha, não pela sacra “fames auria”, mas pelo desejo de conhecer uma região do Brasil relevada por tantos feitos gloriosos.

A república no Brasil me colheu aqui; não fui adesista; ao contrário doeu-me ver a adesão filha do interesse que colocou o povo brasileiro entre os mais ingratos do mundo.

Se tomasse então armas pela monarquia; eu posso dizer que estaria em campo, porque tenho dado provas do desprezo da vida quando vejo ferido o nome e a honra de minha Pátria.

Então eu julgava que conquanto nascida de uma rebelião e indisciplina, a república poderia viver no Brasil pela honestidade de caráter que os homens brasileiros haviam mostrado na monarquia, porque a república pondo termo aos privilégios (na monarquia eu desprezei esses privilégios para não ser político de partidos monárquicos) deixaria que todos os bons espíritos se empenhassem no afã de engrandecer o meu caro Brasil.

Triste desilusão!

Fatal despertar de um sonho!

Imagine-se um sonhar cujo ideal pairasse no espaço límpido e sereno, tendo por vezes o manto da verdade tecido com os raios d'ouro do sol, e o azul puríssimo do firmamento, e guardando em si aquela alma de virtudes que Dante sonhou em Beatriz, e ao aproximar-se, ao tocar-lhe a figura tornada realidade, ao buscar comungar a hóstia

no altar da Pátria, recuar cheio de horror e nojo, porque a figura que antevira tinha-se tornado leprosa, pelo contágio de corpos lazarentos que, ostentando vestes de sanidade, escondia um corpo galiquento e não teve nesse corpo senão chagas, senão pus, senão sangue , alimentando-se de podridões cadavéricas que seus algozes, seus lepríforos amigos dessem-lhe para alimento, e poder-se-ia achar uma comparação para o ideal republicano e esta república de Glicérios e Castilhos, aos olhos dos que têm consciência do que seja uma pátria e a honra de um povo.

Os representantes da grande maioria do povo riograndense, os Voluntários do Martírio; esse punhado de maragatos, depuseram as armas, aceitando a paz que o governo da União lhes propunha, não por medo, não por cansaço.

Homens que do Rio Grande chegaram até a fronteira de São Paulo, e de lá voltaram, e depois de escaparem da morte como presa de caça, que se escapa dos gozos da matilha, voltaram ao campo da luta, como voltamos, não conheceu o receio de morrer este batalhão, apenas o dever de lutar.

Apenas o passado não foi aproveitado como lição. Já havíamos, para fugir da guerra civil, deposto armas, nas mãos de um batalhão do exército nacional, esse batalhão e seu chefe obedeceram a ordem do Sr. Julio de Castilhos de lutar contra os que se tinham confiado neles.

Devíamos saber qual o valor que se dá à república a palavra dos oficiais do exército.

Devíamos ter visto que como se desmentiu a palavra dada pelo Sr. Coronel Arthur Oscar se desmentiria a do Sr. general Galvão!

Sabemos quanto sofreu o Sr. general Cantuária por ter querido, ao menos, minorar a sorte dos lutadores de então a quem o Sr. Julio de Castilhos das próprias janelas de palácio num dos seus discursos fatais à sua presunção oratória, mas sempre reveladores dos pensamentos sinistros de sua alma, mesmo quando quer ser afetuoso, mostrar seu amor pelos italianos (?) desejou uma erupção do Vesúvio que os subvertesse, nesse discurso declarou ele que “trazia jugulados os ex-revolucionários que aceitaram a paz que ele não queria por ser a guerra uma fonte de renda para si e seus amigos”; e foi por isso que os maragatos esmoreceriam.

Matar, e matar-se, para dar fortuna ao inimigo não é justo.

Sabe-se o que tem sofrido o Sr. general Menna Barreto, que foi um dos de mais préstimo que teve o Sr. Julio de Castilhos, por se opor a crueldades.

Sabe-se o que tem sofrido o Sr. general Carlos Telles, que foi o inimigo mais sério que tivemos, e por ser isso, o que mais tem lutado para cumprir com o que se combinou na paz.

De tudo se tem lançado mão para retirá-lo do Rio Grande. E agora o conseguiram, abatendo sua altivez de soldado, e buscando marear sua dignidade de homem.

O Sr. Campos Salles, que parece nunca ter tido um só momento compreendido qual seja a importância do papel de um chefe de nação, diz o telégrafo, declarou impor penas ao general Telles por ser amigo pessoal do Sr. Pinheiro Machado.

Preparam festas a este; vão festejar o golpe ostensivo descarregado sobre o exército, fator da república e

consolidador do poder transitório do Sr. Julio de Castilhos.

Depois destas festas, haverá banquetes íntimos de carnes humanas, onde o vinho será sangue quente espumante. O Sr. Campos Salles virá ao banquete, e o povo que o tem fornecido será rês parceira e o exército também.

A brigada foi feita para isso.

Um fragmento da pátria brasileira, servirá de mesa.

*Dr. Ângelo Dourado.*

## ALERTA XVIII

*(publicado originalmente em 07/02/1899)*

Foi à sombra do exército brasileiro que preparam, alguns políticos da república, tudo isso que aí está; que angustia a pátria brasileira; que lhe roubou o nome ganho em longo e as vezes bem cruento labor, entre os povos cultos; que a obriga a curvar-se à vontade de um só homem, que assina “Termo de bem viver” perante um comerciante estrangeiro, e obriga-se a fazer no Brasil somente o que ele, o Sr. Rothschild, ordenar ou consentir, e por isso vai destruindo na paz uma a uma as armas de nossa defesa, como o marechal Floriano as destruiu nas guerras civis para ser agradável ao Sr. Julio de Castilhos.

Pode-se dizer, neste sentido, que o exército a si mesmo deve o estado em que se acha.

Foi criando o Sr. Julio de Castilhos, e nutrindo-o, que as forças pecuniárias da nação que escaparam ao encilhamento, se esgotaram.

E tendo guardado para si tudo que lhe mandavam para a guerra, porque nenhuma despesa foi paga; porque a patriotada não recebia soldo, senão os oficiais, e nem todos, por isso buscavam soldo na propriedade alheia; porque até o fornecimento não era pago, e por isso tem-se pago reclamações e continuam de toda a parte e de todos os gêneros, pode criar uma guarda sua, que no dizer de muitos

tem um único fim – a desmoralização do exército.

Foi portanto o exército que inconscientemente, nessa lamentável cegueira, agasalhou a arma para seu próprio assassinato, esse mesmo exército que começou o seu suicídio lento desde o momento em que começou a luta em prol do Sr. Julio de Castilhos.

E já que ontem se derramava o dinheiro da nação a rodo nas mãos do Sr. Julio de Castilhos, conforme todo mundo sabia e o Sr. general Galvão confirmou, hoje tem-se, para pagar esse dispêndio, de reduzir o exército a ponto de causar apreensões aos que não são inimigos da Pátria, que dela só querem a grandeza, sobretudo moral, e não a posse como meio de se eternizarem no poder comprando adeptos mercenários com o dinheiro público, apreensões que chegam até o esfacelamento, até a entrega de território para pagamento de dívida, donde surgirá o direito de conquista para todas as nações fortes.

Só quem não conhece o que se passou no Egito, nas Índias, na África, sobretudo em Madagascar, não se incomoda em ver como os governos europeus tem mandado ministros e comissões para passear pelas regiões brasileiras onde facilmente poderão criar suas colônias “protetoras”; e como os norte-americanos nos querem bem...

É por isso talvez que o Sr. Rotsdchild não consente que se compre uma arma; que não se conserve um exército, ao passo que consente na permanência do exército estadual do sul, porque talvez suponha que esse exército poderá dar, num momento, o grito de separação, para os credores poderem intervir.

A sorte de Cuba, que tão heroicamente lutou para cair

nas garras yankees, aí está; e se Menelik pode libertar sua pátria do domínio estrangeiro, era porque tinha um povo de vontade homogênea, a quem os sedentos de ouro e sangue não tinham dividido em grupos para fazer substituir pelo ódio e pelo desejo de vingança o sagrado amor da Pátria.

Nem se diga, que a adesão do exército à causa do Sr. Castilhos era guiada pelo amor à república.

Desde os primeiros passos na vida governamental, o Sr. Castilhos demonstrou que todo o ideal republicano que hipocritamente manifestou na propaganda pela *Federação*, a tanto por linha tipográfica, resumia-se em sua única pessoa, em seus interesses particulares; morresse o Rio Grande e o Brasil, “quand même”.

E a Carta que impôs ao Rio Grande, demonstra que nunca em sua mente existiu um lampejo dos preceitos republicanos; que ele disso não tinha a compreensão nítida, ou falta-lhe a firmeza de espírito que resulta da compreensão e aceitação das coisas, a ponto de, depois de sua madureza, professar a filosofia de Augusto Comte como religião; que é o oposto absoluto ao ideal republicano; é o regime do absolutismo, das vontades sem freio; de um só homem nos países onde o ouro compra adeptos e a pusilanimidade eterniza a tirania.

E o Sr. Julio de Castilhos tornou real o que dizia Frederico II da Prússia: “para fazer-se de um povo desgraçado bastaria dar-lhe por governador os filósofos”. E se essa filosofia como a de Comte permite a crueldade, podemos dizer: para matar um povo, basta dar-lhe por governador um comtista como o Sr. Julio de Castilhos.

*Dr. Ângelo Dourado.*

# ALERTA XIX

*(publicado originalmente em 09/02/1899)*

Havíamos feito o propósito de nos cingirmos, quanto possível, ao plano que traçamos, quando a perspectiva de desgraças que vai surgindo da penumbra, nos horizontes desta infeliz Pátria, nos impôs soltar este grito de alarme, que não encontrará eco na alma nacional chumbada ao cepo do martírio por vã compreensão do pundonor, aceitando como dádiva magnânima, o cristalino vaso, facetado no torno da hipocrisia; mas cheio da letal essência tirada da mancenilha convencional que lhe proporcionará a morte lenta e progressiva, ou do pólen da aroeira de nossos campos, que lhe causará dores horríveis ao tempo que lhe imprima ao gesto feições de monstro.

Esse método, tão prolixo e tão cheio de circunflexões, que torna enfadonho o nosso estilo, para os que em tudo só querem o resultado, é oriundo da profissão que exercemos.

Médico, junto ao doente, eu procuro a causa da enfermidade que o prostrou, embora busque a compreensão do aforismo hipocrático aplicável ao caso, diversa da que geralmente se aceita; embora feche os olhos às páginas da ciência moderna quando suas conclusões me parecem falsas, pela obscuridade das premissas, e pela insuficiência dos meios indagadores; e busco na escala da razão encontrar a causa da enfermidade, e muitas vezes encontro, em objetos

tão nulos, tão ridículos, que é até desolador para o orgulho humano, ver como a organização mais bela se abate, como a forma mais sedutora se afeia, muitas vezes pela ingestão de um fruto podre que produz disenteria; ou pela falta de um banho higiênico, que dá lugar à inoculação da lepra.

Homem, cidadão, em uma pátria de servos e assalariados, e indiferentes, eu busco a causa do mal que parece arrastá-la à morte inevitável, e é nessa busca que, junto a cada sintoma, como causa imediata, atual, irritante, ou como fonte de infecção, surge diante de mim, constante, indefensável, a figura sinistra, fermentadora, persistente de um homem – do Sr. Julio de Castilhos.

Em relação à república ele se me afigura ao pollux penetrans, ao bicho de pé, que penetra através da pele e vai entre as carnes se aninhar, e distender a vesícula onde encuba milhares de lêndeas que serão outros tantos bichos; e que não permitem ao pé calçar-se para poder caminhar.

Em relação ao Brasil, sua pessoa traz-me a ideia do atum africano, uma filaria constrictora que enrosca-se num dedo, num membro, e sem que se possa ver o relevo do corpo vai cortando os tecidos até que depois aquela parte se separa do todo, ou como o vibrião que perfura o lenho de árvore rija e majestosa, até chegar-lhe ao cerne, para em pouco fazer-lhe perder as folhas e os galhos; para poder ser abatida aos golpes de machado do lenhador que a vai vender para aquecer as caldeiras dos trens que produzem a fortuna dos poucos sócios da comandita que as possui.

E seja dito de passagem. Pessoalmente, não temos ódios ao Sr. Castilhos; nunca o vimos, e hoje não o desejamos ver.

Embora tenha sido ele o espremedor de todo o fel que enche-nos a taça do presente; que ininterruptamente libamos; embora seja ele o causador de todos os infortúnios e de todas as provações porque temos passado; de todos os nossos sofrimentos, de todas as apreensões sobre o amanhã da família, contudo não lhe odiamos por isso, porque em nossa alma não há lugar para o ódio e a vingança pessoal.

Os insultos que recebemos, as ameaças de morte, não nos moveria o ódio contra ele.

Muito se tem lido, porque muito temos escrito, sem linguagem estudada, é verdade, mas com a rudeza do Paisano de Danúbio; mas nestes escritos nunca respondemos a um só dos insultos que se nos dirigem, nunca nos justificamos de uma única infâmia que se nos assaca.

Isto só incomoda as almas criminosas.

Nossa vida, e nossa índole é tal que se quiséssemos dissimular vícios que possuímos seríamos denunciados por nós mesmos imediatamente.

Desde a infância, começamos a ser responsáveis por nossos atos; no colégio, na academia onde até o que se permite ao estudante não entrou nos moldes de nossa vida; no meio de um exército revolucionário de homens quase todos estranhos para nós, nosso rastro foi o que ninguém poderá encontrar um traço que desonre.

Amanhã concluiremos os motivos dessa referência pessoal.

*Dr. Ângelo Dourado.*

# ALERTA XX

*(publicado originalmente em 10/02/1899)*

Se vivemos uma época em que o ódio chegou a obscurecer o nosso espírito a ponto de desejar que todos os males caíssem, punidores, sobre o Sr. Julio de Castilhos, a esse ódio veio substituir a comiseração que nos merece todo desgraçado, todo ente infeliz, porque não julgamos a felicidade neste mundo o ser rico, o ter palácios, ou ter mobílias como a de Máximo Santos que já foi vendida pelos herdeiros.

A felicidade única que reconhecemos e invejamos, é a paz de espírito, é a consciência de nunca ter propositalmente sido causa de desgraças, nunca ser apontado como um monstro, sendo preferível ser apontado como um mesquinho.

Os insultos, tudo com que se procurou difamar pelos mercenários, o sofrimento material, os sofrimentos morais, o exílio, o refúgio nas brenhas que por ele nos impuseram, a laceração de noss' alma vendo morrer um filhinho nessas brenhas, por falta de medicamentos, o ver nascer uma filha numa tapera, e ver a esposa e filhos ali sujeitos a todos os sustos, desde a chegada de um transeunte que poderia ser um assassino, como se nos havia avisado, até as cobras que coleavam nos aposentos como animais domésticos, de tudo isso nos esquecemos quando em relação à nossa vingança podemos, pelo dito de um por defesa de outro, compreender

que como homem particular é o Sr. Julio de Castilhos o ente mais desgraçado a que alumia o sol rio-grandense.

Que será a alma de um homem que na vida só representou de Polichinelo? Perguntava Mm. de Stael.

Que será a alma de um homem, perguntamos nós, que fora do lar onde talvez as apreensões do futuro, num só momento que a alma desperte, e que sinta que não pode deixar de haver Deus; que existe uma providência que compensa, mas que pune também, e por isso, ante o sorriso inocente dos filhos, lembra-se, se tem alma de pai, desse dia de amanhã, cego como a fatalidade que pode ferir aqueles inocentes pelos crimes que lhes deixa com a fortuna; só vê em torno de si almas que se vendem, almas que exigem a paga do afeto demonstrado?

Que quanto maior a dedicação que lhe mostram tanto maior a paga que exigem; e que essa dedicação de hoje ou lhe faz lembrar dos que ontem o elevaram às nuvens santificando seus crimes e hoje o levam a geena pelos mesmos crimes que ontem chamavam virtude; ou aqueles que ontem o insultavam e hoje bem pagos denominam virtudes o que ontem eram crimes?

Que se ainda não tem a alma safada pelo hábito do crime, deve sentir a repulsão ao contágio de mãos assassinas, de mãos habituadas ao roubo que lhe batem no ombro como em afago fraternal?

Que tudo que lhe cerca traz escrita a máxima dos proscritos do Bem – confia desconfiando – que se lhe aproxima alguém cuja alma juvenil faz ainda sugar a pureza das ideias e das crenças, só encontra quando a quer conhecer essa alma igual a das crianças que cedo são levadas aos

prostíbulos e que tão infames, tão leprosas, tão podres se tornam os próprios caftens as atiram à lama das ruas que lhes serve de leito?

Que se entre os que o cercam existem homens honrados, almas dedicadas, rapazes de compreender a docura e conforto da amizade, o que conhece dos outros, o que deles tem sofrido, obriga-o a olha-los de soslaio, sempre desconfiando, a procurar arrastá-lo a um crime, a uma falta para poder tê-lo sempre preso a si sob pena de mandar puni-lo como criminoso no primeiro assomo de independência?

Ser obrigado a queixar-se a esses bons o que sofre dos maus, mas dizer aos maus que esses bons são iguais a eles para nivelá-los?

Que não dorme? Que não olha para uma parede sem ver a legenda fatal o Mané, thesel, farés, de Baltassar?

Que não pode ver passar seus batalhões sem se lembrar de Cômodo ou de Vitelius?

Só uma alma sem alma poderá desejar mais vingança de quem tanto o fez sofrer, em presença de punição como esta que a Providência impõe a quem se julga acima dos homens e de Deus, porque dispõe da vida e paz de um povo como de uma tropa para charqueada.

*Dr. Ângelo Dourado*

Edição alusiva ao **170º ANIVERSÁRIO** da

# Biblioteca RIO-GRANDENSE

A presente obra traz a público o primeiro de dois volumes sobre as crônicas do escritor baiano Ângelo Dourado que foram publicadas no jornal sul-rio-grandense *Echo do Sul* em 1899, com transcrição de seu texto integral. Insere-se em uma iniciativa da Biblioteca Rio-Grandense que pretende a retomada de uma tradição vocacional, várias vezes já realizada no passado, de apresentar à contemporaneidade documentos e escritos originais, guardados com zelo e competência no vasto acervo da instituição, mas distantes do grande público seja pelo longo tempo desde suas produções, seja pelo precariedade de iniciativas similares fora do alcance de produções (em sua maioria acadêmicas) e, não raro, baseadas em análises de recortes muito particulares e específicos. Revela também a vontade de oportunizar ao público em geral um contato direto com certas facetas e fragmentos de seu passado e de sua identidade enquanto produtor e produto de sua própria história.



ISBN: 978-85-67193-01-4

